



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO MISTA – 30/11/2021

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, às dezenove horas, reuniram-se, em audiência pública, os membros da Comissão Mista desta Câmara Municipal, para apreciação do Projeto de Lei nº 84/2021, Protocolo Geral nº 7173/2021, de autoria do Executivo Municipal, que: “Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Bernardo do Campo para o exercício de 2022, e dá outras providências”. Presentes os seguintes membros do Colegiado: Vereadores Ary de Oliveira, Presidente, Representante do PSDB; Fran Silva, Vice-Presidente, Representante do PSD; Palhinha, Secretário, Líder do AVANTE; Ana Nice, Líder do PT; Ivan Silva, Líder do PP; Bispo João Batista, Representante do REPUBLICANOS; Dr. Manuel, Líder do CIDADANIA e Paulo Chuchu, Líder do PRTB. Presentes, ainda, os Vereadores: Aurélio, Danilo Lima, Dr. Eliezer Mendes, Glauco Braido, Gordo da Adega – Josias Paz, Henrique Kabeça, Jorge Araújo, Lucas Ferreira, Maurício Cardoso e Netinho Rodrigues. O Poder Executivo Municipal esteve representado pelas seguintes pessoas: Senhores(as) Julia Benício, Secretária de Governo; Marcos O. M. Monico, Diretor de Departamento da Secretaria de Governo; Míriam Andretta Melo, Assessora da Secretaria de Governo; Pery Rodrigues, Secretário de Cidadania e da Pessoa com Deficiência; Marina Martins Magno, Encarregada de Serviço da Secretaria de Habitação; Matias José de Souza, Diretor do Departamento do Tesouro da Secretaria de Finanças; Neusa Maria Sacchi, Secretária Adjunta da Secretaria de Finanças; Valter Moura Júnior, Diretor do Departamento de Fomento e Atividade Econômica da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Trabalho e Turismo; Silvia Donnini, Secretária de Educação; José Carlos S. Pagliuca, Secretário de Meio Ambiente e Proteção Animal; João Abukater Neto, Secretário de Habitação; Rosângela Babinska, Secretária Adjunta da Secretaria de Educação; Jair Alves, Administrador do CREC Baetinha da Secretaria de Esporte e Lazer; Fabiano A. de Oliveira, Assessor da Secretaria de Finanças; Omar Jaruche, Diretor da Secretaria de Cultura e Juventude; Paulo de Tarso Martin Barrionuevo, Assessor de Direção do Departamento de Engenharia de Tráfego da Secretaria de Transportes; Ivan Luiz de Almeida Vianna, Diretor do Departamento de Engenharia de Tráfego da Secretaria de Transportes; Alexander P. Bruno, Encarregado do Departamento da Receita da Secretaria de Finanças; Mirian Paz Martinez, funcionária da Secretaria de Transportes; Olimpio Fernandes, Secretário Adjunto da Secretaria de Transportes; Luiz Dantas, Chefe do Departamento de Finanças da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; Amália Fernanda S. Delgado, Encarregada de Execução Financeira da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; Fernanda Oliveira Duarte Gomes, Encarregada de Arrecadação e Controle da Dívida Ativa da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; Erik José Silva, Assistente Administrativo da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; Max Aidan Vieira Costa, Assessor de Governo do Departamento de Manutenção da Secretaria de Esporte e Lazer; Pedro M. Arlindo, funcionário da Manutenção da Secretaria de Esporte e Lazer; Fabrício V. Pasin, Assessor de Direção da Secretaria de Esporte e Lazer; Luiz Ricardo Moeda Arroio, Assessor de Direção da Secretaria de Esporte e Lazer; Alessandra Baldini, Diretora de Divisão da Secretaria de Cultura e Juventude; Mercia Rodrigues Rosa, Encarregada da Secretaria de Cultura e Juventude; Cátia Rodrigues, Diretora da Secretaria de Cultura e Juventude; Isidoro Santino Battistin, Assessor de Políticas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Públicas da Secretaria de Cultura e Juventude; Tatiana M. M. Rebucci, Assessora de Direção da Secretaria de Finanças; Alexandre G. B. Hernandez, Diretor de Seção da Secretaria de Cidadania e da Pessoa com Deficiência; Ana Carolina Sona Martins, Assessora de Direção da Secretaria de Cultura e Juventude; Ligia de O. Ramos, Secretária de Cultura e Juventude; José Carlos de Souza, Diretor da Secretaria de Esporte e Lazer; Graziela Viana, Secretária de Diretor da Secretaria de Esporte e Lazer; Sérgio Tonel, Assessor da Secretaria de Esporte e Lazer; Rivaldo João da Luz, Assessor da Secretaria de Esporte e Lazer; Adriana Inoue, Assessora da Agência Reguladora de Serviços Públicos de São Bernardo do Campo; Ademir Silvestre da Costa, Presidente da ETCSBC; José Roberto Gil Fonseca, Diretor da Secretaria de Serviços Urbanos; Franklin Vieira de Medeiros, Diretor de Seção da Secretaria de Serviços Urbanos; Cícero Fabricio de Lima Marcelo, Diretor de Divisão do Departamento de Orçamento e Controladoria da Secretaria de Finanças; Karina Zoratti, Diretora de Seção do Departamento de Orçamento e Controladoria da Secretaria de Finanças; José Luiz Gavinelli, Secretário de Finanças; Alcir Pirani, Diretor do Departamento de Orçamento e Controladoria da Secretaria de Finanças; Marcia Gatti Messias, Secretária de Chefia de Gabinete; Celia Maria Pereira Ferreira, Diretora do Departamento de Licitações e Materiais da Secretaria de Administração e Inovação; Maria Lucia Oliveira, Assessora de Governo da Secretaria de Administração e Inovação; Marcelo Gama dos Reis, Diretor da SBCPREV; Marcelo Gallhardo, Diretor do Departamento Administrativo da SBCPREV; Edson Barbosa, Diretor do Departamento Previdenciário da SBCPREV; Leandro Rustola Molina, Diretor de Seção da Secretaria de Esporte e Lazer; Alex Gastorini, Coordenador da Secretaria de Esporte e Lazer; Geraldo Reple Sobrinho, Secretário de Saúde; Pedro Antonio Aguiar Pinheiro, Diretor Superintendente da SBCPREV; Ilka Baracho da Silva, Diretora de Divisão da Secretaria de Saúde; Maisa Helena Coutinho da Silva, Assessora da Secretaria de Educação; André Sicco, Secretário de Assistência Social; Fátima P. Santos, Diretora de Seção da Secretaria de Segurança Urbana; Luciano Eber Nunes Pereira, Secretário da Secretaria de Obras e Planejamento Estratégico; Marco Antonio Toledo dos Santos, Instrutor da Secretaria de Esporte e Lazer; MarluCIA C. Santos, Assessora de Governo da Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia; Patrícia Yamaguti Augusto, Encarregada da Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia; Helena Nagima Nakagawa, Assessora de Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia; Rodrigo Martins da Silva, Assessor de Governo da Secretaria de Finanças; Guido Bernardini, Assessor de Governo da Secretaria de Finanças; Bruna F. Gonzalez Sanches, Assessora de Governo da Secretaria de Finanças; Rogéria Leite Soares Gomes, Diretora do Departamento de Contabilidade e Custos da Secretaria de Finanças; Fabio Vinicius Alves Cardeal, Diretor da Seção do Idoso, Criança e Adolescente da Secretaria de Cidadania e da Pessoa com Deficiência; Paola Ramos da Silva, Diretora de Seção da Secretaria de Cidadania e da Pessoa com Deficiência; Roberto Carone, Diretor de Seção da Secretaria de Cidadania e da Pessoa com Deficiência; Robson Coelho Guerreiro, Supervisor do Departamento de Esporte de Alto Rendimento da Secretaria de Esporte e Lazer; Marcos Henrique Fernandes, Professor da Secretaria de Esporte e Lazer; Jesse Armando da Silva, Diretor de Divisão da Secretaria de Transportes; Ernesto Marco da Silva, Diretor de Divisão da Ouvidoria da Secretaria de Cidadania e da Pessoa com Deficiência; Edson Pavonelli Melo, Diretor do Departamento de Defesa do Consumidor da



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Secretaria de Cidadania e da Pessoa com Deficiência; Emerson Bastos Mello, Diretor da Secretaria de Esporte e Lazer; Evandro Brandão Secco, Diretor da Secretaria de Esporte e Lazer; Hertz Saggi, Diretor de Seção da Secretaria de Governo; Alaor A. Godoi, Diretor da Secretaria de Esporte e Lazer; Marcos Kacas, Assessor de Diretoria da Secretaria de Governo; Rosana de Moraes Nogueira, Diretora de Seção da Secretaria de Comunicação; Pedro Cezar Battistini, Assessor da Secretaria de Comunicação; Adriana Canassa Botelho, Diretora de Seção da Secretaria de Governo; Daniele da Silva Benicio, Assessora de Direção da Secretaria de Educação; Edgar de Souza, Assessor de Governo da Secretaria de Educação; Kátia Cilene Sgrignoli Marmo, Diretora da Secretaria de Educação e Lazer; Ailton Lopes Queiroz, Assessor de Governo da Secretaria de Educação; Tadeia G. M. Buchmann, Assessora de Direção da Secretaria da Saúde; Renata Rocha, Gerente Técnica da Secretaria de Saúde; Carlos Alberto Sanches, Diretor de Divisão da Policlínica Centro da Secretaria de Saúde; Natália Martins Fernandes, Diretora de Seção do Departamento de Jornalismo da Secretaria de Comunicação; Patrícia C. Barbosa, Diretora de Seção de Controle Financeiro e Orçamentário da Secretaria de Educação; Sandra R. C. Rocco, Diretora de Divisão da Secretaria de Saúde; Valquíria de Souza Djehizian, Diretora da Secretaria de Saúde; Maria de Fátima Sanchez, Diretora Técnica da Secretaria de Saúde; Roseli Coelho Zadrea de Jesus, Diretora de Seção de Urgência e Emergência da Secretaria de Saúde; Márcia Pavan, Encarregada da Secretaria de Governo; Luiz Marco Mognon, Secretário Adjunto da Secretaria de Comunicação; Maria Alice Bergamo, Gerente Operacional da Secretaria de Saúde; Carmen Lúcia Antunes Pimenta Simões, Diretora de Enfermagem da Secretaria de Saúde; Adilson Joaquim Wertheimer Cavalcante, Diretor Técnico do Hospital de Clínicas da Secretaria de Saúde; Érica Alessandra de Santana Colasso, Diretora da Divisão de Apoio Técnico Operacional da Secretaria de Assistência Social; Andréa Soares Fonseca Postal, funcionária da Secretaria de Saúde; Sérgio Luis Postal, Encarregado da Secretaria de Assistência Social; Caio Romeiro da Conceição, Assistente Administrativo da Secretaria de Assistência Social; Caio de Araújo Carvalho, Diretor da Secretaria de Assistência Social; Thiago Gonçalves Branco, Encarregado da Secretaria de Assistência Social, Adriana Aparecida de Almeida, Coordenadora da Secretaria de Assistência Social; Carlos Takeo Ishikawa, Diretor da Secretaria de Assistência Social; Luciana Costa Barboza, Diretora de Divisão da Secretaria de Cidadania e da Pessoa com Deficiência; Victor Hugo Peline Barbosa, Assessor de Governo da Secretaria de Cidadania e da Pessoa com Deficiência; Simone de Souza Silva, Secretária da Secretaria de Esporte e Lazer; Elisabete Cristina Goer, Assessora da Secretaria de Cidadania e da Pessoa com Deficiência; Carolina Felisbino Tex, Assessora da Secretaria de Cidadania e da Pessoa com Deficiência; Fabiana Rodrigues Martins, Diretora da Secretaria de Finanças; Thais C. C. Guidelli Campos, Assessora da Secretaria de Finanças; Maria de Lourdes Soares da Silva, Assessora de Governo da Secretaria de Finanças; Danielle Esteves Villano, Assistente Técnica da Secretaria de Finanças; Ana Letícia M. Nunes, Diretora de Seção da Secretaria de Finanças; Washington T. Moysés, Diretor de Divisão da Secretaria Administrativa; Marcos Marques Cusin, Diretor de Seção da Secretaria de Governo; Vanessa Garcia S. Dias, Encarregada da Secretaria de Governo; Eduardo Bueno, funcionário da Secretaria de Governo; Roselane Benavides Peixoto, Diretora de Seção de Vigilância Ambiental da Secretaria de Saúde; Cleber Ricardo Farias Pereira, Coordenador Administrativo da Secretaria de Saúde; Cláudia Beijamim Barreto, Diretora de Seção da Secretaria de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Saúde; Rosângela Pires Martins, Assessora de Direção da Secretaria de Saúde; Carla Gonçalves Tales, Diretora de Seção da Secretaria de Saúde; Ivina Okumura, Diretora de Seção do Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde; Elisama S. Damin, Diretora de Seção da Secretaria de Saúde; Edileuza Viana de Almeida, Diretora de Divisão da Secretaria de Saúde; Cristiane Marcusso, Diretora de Divisão da Secretaria de Saúde; Angela Costa de Macedo, Diretora de Seção da Secretaria de Saúde; Amanda S. Almeida, Diretora de Seção da Secretaria de Saúde; Rodolfo Strufaldi, Diretor Técnico da Secretaria de Saúde; Fábio Mota, Encarregado de Operações da Secretaria de Transportes; Andréa Maria F. Sanches Aguiar, Diretora de Seção de Secretaria de Saúde; Heloisa de Faria Baltazar, Diretora de Seção da Secretaria de Saúde; Andréa Batista, Diretora de Seção da Secretaria do Meio Ambiente; Francisco Ferdinand Feitosa da Silva, Diretor de Seção da Secretaria de Obras e Planejamento Estratégico; Alexandre Almeida Luciano, Diretor de Seção da Secretaria de Finanças; Rafael Vasques, Funcionário da Secretaria de Governo; Tayana Vieira Alexandre, Assessora de Políticas Públicas da Secretaria de Governo; Francisco Alves de Oliveira, Encarregado da Secretaria de Governo; Elaine Nascimento Santos, Diretora de Seção da Secretaria de Saúde; Ana Paula de Menezes Sales, Diretora de Seção da Secretaria de Saúde; Maria de Fátima Oliveira, Gerente da Secretaria de Saúde; Agnes Mello Farias Ferrani, Diretora Geral do Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo da Secretaria de Saúde; Gisela Fabiana Correa, Encarregada da Secretaria de Finanças; Vanderlene Ramos Dias, Encarregada de Serviço de Expediente da Secretaria de Assistência Social; Zilda Maria Santos Costa, Diretora de Seção da Secretaria de Finanças; Thiago D. Amato, Encarregado da Secretaria de Finanças; Miriam Destraole, Diretora de Seção da Secretaria de Saúde; Isis Carla da Silva Custódio, Diretora de Seção da Secretaria de Saúde; Jamil Rosa Evangelista, Encarregado da Secretaria de Assistência Social; Vanessa de Magalhães Pina, Assessora da Secretaria de Educação; Nueli O. Quirino de S. Vinturini, Diretora da Secretaria de Educação; Joseleine de Campos Gomes, Assessora de Direção da Secretaria de Educação; Patrícia Vivolo Rotondaro da Silva, Assessora de Governo da Secretaria de Educação; Iraíde Aparecida Braga, Assessora de Direção da Secretaria de Educação; Patrícia dos Santos Vieira da Oliveira, Diretora da Secretaria de Educação; Vivía Martins, Guarda Civil Municipal da Secretaria de Segurança Urbana; Roseane Fernandes Romualdo, Diretora de Seção da Secretaria de Saúde; Christianni P. Bethancourt, Diretora de Seção da Secretaria de Saúde; Renata Bevidas Lopes, Diretora de Divisão da Secretaria de Saúde; Sebastião Domingos da Silva Filho, Diretor de Seção da Secretaria de Finanças; Joyce Moraes de Freitas, Encarregada de Expediente da Secretaria de Assistência Social; Tatiana Copel, Diretora de Seção da Secretaria de Assistência Social; Elisabete Ignácio da Silva, Encarregada de Expediente da Secretaria de Segurança Urbana; Adriana Monteiro da Silva, Diretora de Divisão da Secretaria de Saúde; Alexander Mognon, Secretário de Esporte e Lazer; Márcia Moretti de Lima, Diretora de Seção da Secretaria de Obras e Planejamento Estratégico; Ettore de Carvalho Oriol, Analista Previdenciário da SBCPREV; Renata Valdrighi, Diretora de Departamento da Secretaria de Administração e Inovação; Carlos Antonio Fadel, Diretor Técnico da Secretaria de Saúde; Cleudemar Fernandes, Coordenador da Secretaria de Saúde; Silvana Scopel de Magalhães, Assessora de Governo da Secretaria de Administração e Inovação; Cilene Gomes, Diretora de Seção da Secretaria de Serviços Urbanos; Milena Graciano, Diretora de Departamento da Secretaria de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Obras e Planejamento Estratégico; Carlos Eduardo B. Lobarinhas, Administrador da Secretaria de Esporte e Lazer; Carlos Alberto dos Santos, Secretário de Segurança Urbana; Adler Alfredo Jardim Teixeira, Secretário de Administração e Inovação; Soriane Bertaglia Brigati, Diretora de Seção da Secretaria de Saúde; Márcio Roberto Dias Barreira, Assessor de Governo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Trabalho e Turismo; Kátia Gonçalves Morelis, Agente de Apoio ao Paciente da Secretaria de Saúde; Rodrigo Gonzaga, Agente de Apoio ao Paciente da Secretaria de Saúde; Wanessa de Paula Isídio da Silva, Assessora da Secretaria de Administração e Inovação; Sadao Hayashi, Diretor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Trabalho e Turismo; Fernando Cortez Cabral, Administrador da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Trabalho e Turismo; Zaquieu Emydio dos Santos Júnior, Assessor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Trabalho e Turismo; Cristiane Maria F. Palhares Martins, Gerente de Enfermagem da Secretaria de Saúde; Meire Aline Pinheiro Mazoni, Gerente de Enfermagem da Secretaria de Saúde; Vinicius de Lima Felix, funcionário da Seção de Patrimônio da Secretaria de Saúde; Adriano R. Gonçalves, Funcionário da Secretaria de Administração e Inovação; Marco Aurélio Romaldini, Assessor de Governo da Secretaria de Administração e Inovação; Fabiana Macedo Poças, Assessora de Governo da Secretaria de Administração; Marcelo Capitano, Diretor de Seção da Secretaria do Meio Ambiente; André P. Santos, Assessor da Secretaria de Saúde; Luciano A. Santos, Coordenador Contábil da Secretaria de Saúde; Valter Vicente da Silva, Assessor de Governo da Secretaria de Serviços Urbanos; Carolina de F. Silvério, Diretora do IMASF; Ana Luísa O. Pontes, Diretora do IMASF; Sandra L. G. Assis, Diretora do IMASF; Isaias Alves de Oliveira, Agente Técnico Administrativo da Secretaria de Comunicação; Carlos Eduardo Novais Santos, Assistente Técnico da Secretaria de Saúde; Flávio Albuquerque Nascimento, Diretor de Divisão da Secretaria de Saúde; Lislely de Souza Oliveira, Diretora de Divisão da Secretaria de Saúde; Miriam Pessoti Encarregada do Departamento de Gestão de Pessoas do IMASF; Shinji Yoshida, Diretor de Departamento da Secretaria de Meio Ambiente; Liliana Bisi Jucewicz, Encarregada de Serviços da Secretaria de Meio Ambiente; Flávia Aparecida F. Souza, Assessora da Secretaria de Meio Ambiente; Patrícia Forte Gomes, Diretora de Seção da Secretaria de Meio Ambiente; Fabrício R. Russo, Guarda Civil Municipal da Secretaria de Segurança Urbana; Agildo Ferreira, Guarda Civil Municipal da Secretaria de Segurança Urbana; Donizeti da Costa Machado, Guarda Civil Municipal da Secretaria de Segurança Urbana; Fabrizio Sovenhi, Assessor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Trabalho e Turismo; Maurício Miranda, Assessor de Direção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Trabalho e Turismo; Fernando José Tolentino Pereira, Professor de Educação Básica da Secretaria de Educação; Celio Vieira de Sousa, Guarda Civil Municipal da Secretaria de Segurança Urbana; Alessandra Giriboni de Oliveira, Coordenadora Pedagógica da Secretaria de Educação; Gabriela Reis Silva Pinheiro, Conselheira Representante dos Diretores da Secretaria de Educação; Tamires Ferreira dos Santos, Assessora de Governo da Secretaria de Esporte e Lazer; Alessandra Lemos Martins Bastos, Diretora de Seção do IMASF; Damião Amaral Silva, Diretor de Departamento da Secretaria de Saúde; Caio Genovez Medina, Diretor de Departamento da Secretaria de Saúde; Márcio Azevedo Sartori, Assessor da Secretaria de Saúde; Cláudia Arantes Montezano, Auxiliar de Enfermagem da



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Secretaria de Saúde; Edvanio Duarte da Silva, Diretor de Seção do Departamento de Apoio à Gestão do SUS da Secretaria de Saúde; Flavia Helena Guedes Vasconcelos, Diretora de Compras da Secretaria de Saúde; Maria Cleonice Vieira Duarte, Diretora de Seção da Secretaria de Governo; Carlos Eduardo Pires Ondiciati, Assistente de Diretoria da Secretaria de Saúde; Stefanos P. Lazarou, Diretor de Departamento da Secretaria de Saúde; João Luiz Guilger, Diretor de Seção da Secretaria de Saúde; Hildevaldo José Caldeira, Diretor de Seção da Secretaria de Planejamento e Obras Públicas; André Orlando Arraz Maz, Assessor de Governo da Secretaria de Comunicação; Liandra Perozi de Carvalho, Assessor de Políticas Públicas da Secretaria de Comunicação; Alan S. Machado, Diretor da Secretaria de Esporte e Lazer; Albertina de Souza Guerra Bressan, Coordenadora Técnica da Secretaria de Saúde; Mauro Valeri, Secretário Adjunto da Secretaria de Obras e Planejamento Estratégico; José Flávio Inalbis, Coordenador Técnico da Secretaria de Saúde; Juliana Gomes da Silva, Coordenadora Técnica da Secretaria de Saúde; Elaine Cristina dos Santos Silva, Assistente Técnica da Secretaria da Saúde; Roberto A. Taveira Júnior, Diretor de Seção da Secretaria de Obras e Planejamento Estratégico; Diogo Dinaique Bastos, Diretor de Seção da Secretaria de Obras e Planejamento Estratégico; Roberto Carlos Benjamim, Diretor de Seção da Secretaria de Obras e Planejamento Estratégico; Annibal Alegranzi Júnior, Diretor de Seção da Secretaria de Obras e Planejamento Estratégico; Adelmo Gomes Santos, Arquivista da Secretaria de Transportes; Arthur dos Reis, Diretor de Divisão da Secretaria de Obras e Planejamento Estratégico; Anderson Magalhães de Carvalho, Diretor de Seção da Secretaria de Obras e Planejamento Estratégico; Lucimar da Silva Vicente, Encarregado de Serviços da Secretaria de Finanças; Renata Fabiana da Silva, Agente de Esportes da Secretaria de Esporte e Lazer; Ligia Maria Grecco, Diretora de Divisão da Secretaria de Esporte e Lazer; Luiz Gomes Veloso Júnior, Administrador da Secretaria de Esporte e Lazer; Gleice Maria Guimarães Donella, Diretora de Seção da Secretaria de Saúde; Claudia Celina de Melo, Assessora da Secretaria de Habitação; Clovis Inácio dos Santos Corasolla, Diretor da Secretaria de Habitação; Genivaldo Camilo de Oliveira, Diretor de Divisão da Secretaria de Habitação; João M. Ap. de O. Gouveia, Diretor de Divisão da Secretaria de Habitação; Cristina Takai, Diretora Adjunta da Secretaria de Habitação; Carlos Eduardo O. Rocha, Assessor de Governo da Secretaria de Habitação; Danúbia Silva Sousa Bechelli, Oficial Administrativa da Secretaria de Saúde; Acácia Ramalho Timoteo, Assistente Técnica da Secretaria de Saúde; Eduardo Battistini, Coordenador Técnico da Secretaria de Saúde; Rogério Romão Duarte Silva, Encarregado da Secretaria de Governo; Ramei Aparecido Bento Rui, funcionário da Secretaria de Saúde; Carlos Roberto Nobre Molinari, Assessor da Secretaria de Esporte e Lazer; Camila Almeida Araújo; Auxiliar de Limpeza da Secretaria de Esporte e Lazer; Priscilla Pal, Diretora de Divisão da Secretaria de Habitação; Leda Maria Blanco Febe, Diretora de Seção da Secretaria de Habitação; Rômulo Felício da Silva, Diretor de Seção da Secretaria de Finanças; Eloá Flores, Assessora de Governo da Secretaria de Governo; Juliana Oliveira Antunes, Diretora de Seção da Secretaria de Saúde; Edison Moya Diretor de Seção da Secretaria de Saúde; Sandro Ivair de Carvalho, Assessor de Direção da Secretaria de Obras e Planejamento Estratégico; Anderson da Silva Albuquerque, funcionário da Secretaria de Saúde; Luiz Fernando, Diretor da Secretaria de Habitação. A Sociedade Civil esteve representada pelos Senhores(as): Demostenes Costa Junior, Conselheiro de Orçamento do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo; Fabíola Muñoz,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Assistente Administrativa do SINDISERV SBC; Claudio Thomas Edson Silva, Múncipe, Isaú Pedro Teixeira Nascimento, Múncipe, Paulo Ferreira, Múncipe; Zimma Francisco Nascimento Filho, Múncipe; Adelmo Capitano, Titular da Comissão Orçamentária da ACISBEC – Associação Comercial e Industrial de São Bernardo do Campo; Dirceu P. de Sena, Administrador de Finanças do SINDSERV de São Bernardo do Campo; Ariana de Cássia Rumstain, Diretora de Formação do SINDSERV de São Bernardo do Campo; Simone Oliveira Sierra, Diretora de Base e Sindicalização do SINDSERV de São Bernardo do Campo; Dinailton Souza Cerqueira, Presidente do SINDSERV de São Bernardo do Campo; Eva de Menezes Assis, Diretora Social do SINDSERV de São Bernardo do Campo; Maria de Fátima Oliveira Cruz Leal, Vice-Presidente do SINDSERV de São Bernardo do Campo; Thiago Gonzaga da Palma, Agente de Apoio ao Paciente da Fundação de Saúde; Paulo de Carvalho Arábi, Múncipe; Thiago Beloni Meneghelli, Múncipe; Diogo Freitas Pinto, Agente de Apoio ao Paciente da Fundação ABC; William Coelho Brito e Vinicius Ferreira. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente da Comissão Mista esclareceu que a presente audiência pública se realiza em atenção ao disposto na Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto das Cidades). Logo após, informou que a Câmara fez publicar a realização da presente audiência no jornal “Notícias do Município”, edições dos dias 19 e 26 de novembro de 2021, bem como no site deste Poder Legislativo, convidando o público para participar da presente audiência. Feitas as considerações preliminares, o Sr. Presidente informou que os técnicos do Executivo Municipal promoverão o detalhamento do Projeto de Lei nº 84/2021, que estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro 2022. Para tanto, convidou os Srs. José Luiz Gavinelli, Secretário de Finanças; Alcir Pirani, Diretor do Departamento de Orçamento e Controladoria da Secretaria de Finanças e Tatiana Moncayo Martins Rebucci, Diretora Adjunta do Departamento de Orçamento e Controladoria da Secretaria de Finanças, para tomarem assento à mesa dos trabalhos, registrando que, após a explicação do projeto, abrirá a palavra aos senhores vereadores presentes, para as suas perguntas e/ou sugestões. Informou que, logo em seguida, a população, bem como os representantes das entidades presentes à audiência poderão fazer suas perguntas por meio de formulário próprio fornecido pelos técnicos da Câmara Municipal. Em seguida, passou a palavra para os técnicos do Poder Executivo para explanação. Feitos os pronunciamentos e esclarecidas todas as dúvidas formuladas pelos senhores Vereadores e representantes das entidades e sociedade civil presentes, o Presidente da Comissão Mista determinou que as notas taquigráficas que registraram a audiência pública, bem como todas as listas de presença e cópia dos quadros demonstrativos elaborados pelo Executivo Municipal integrassem a presente ata. Por fim, agradeceu a presença de todos e deu os trabalhos por encerrados às 21 horas e cinco minutos, determinando a lavratura da presente ata, a qual vai assinada por quem de direito.

x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.


ARY DE OLIVEIRA
Presidente
Representante do PSDB

FRAN SILVA
Vice-Presidente
Representante do PSD


RALHINHA
Secretário
Líder do AVANTE



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO



ANA NICE
Líder do PT



IVAN SILVA
Líder do PP



BISPO JOÃO BATISTA
Representante do REPUBLICANOS



DR. MANUEL
Líder do CIDADANIA



PAULO CHUCHU
Líder do PRTB



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO MISTA PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 84/2021 – PG Nº 7173/2021, DO EXECUTIVO MUNICIPAL, QUE “ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2021, ÀS DEZENOVE HORAS.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Boa noite.

Vamos dar início à audiência pública da Comissão Mista da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, para tratar do Projeto de Lei nº 84/2021 – PG nº 7173/2021, que “estima a receita e fixa a despesa do Município de São Bernardo do Campo para o exercício financeiro de 2022, e dá outras providências”.

A audiência pública desta data visa assegurar a transparência na gestão orçamentária, conforme dispõe o art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o art. 44 do Estatuto das Cidades.

A Comissão Mista da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo é constituída pelos seguintes Vereadores:

Vereador Ary de Oliveira, representante do PSDB – Presidente;

Vereador Fran Silva, representante do PSD – Vice-Presidente;

Vereador Palhinha, líder do Avante – Secretário;

Vereadora Ana Nice, líder do PT;

Vereador Ivan Silva, líder do PP;

Vereador Bispo João Batista, representante do Republicanos;

Vereador Julinho Fuzari, representante do DEM;

Vereador Dr. Manuel, líder do Cidadania;

Vereador Paulo Chuchu, líder do PRTB;

Vereador Reginaldo Burguês, líder do Podemos.

Informamos que esta Câmara Municipal fez publicar no Jornal Notícias do Município, edições dos dias 19 e 26 de novembro de 2021, comunicado convidando a população a participar desta audiência pública, nos seguintes termos:

“A Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, por meio da Comissão Mista, convida o público para participar de audiência pública, a ser realizada no plenário da Câmara, no dia 30 de novembro de 2021, às 19h, referente ao Projeto de Lei nº 84/2021, que “estima a receita e fixa a despesa do Município de São Bernardo do Campo para o exercício financeiro de 2022, e dá outras providências”.
Vereador Ary de Oliveira, Presidente da Comissão Mista.

Informamos ainda que disponibilizamos o convite em nossa página da internet.

Neste momento, convido os técnicos do Executivo para compor a mesa: Srs. José Luiz Gavinelli, Secretário de Finanças, Alcir Pirani, Diretor do Departamento de Orçamento e Controladoria da Secretaria de Finanças, e Tatiana Moncaio Martins Rebuci, Diretora Adjunta do Departamento de Orçamento e Controladoria da Secretaria de Finanças.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Informamos que após a explicação do projeto pelo representante do Executivo Municipal esta Presidência passará a palavra aos Srs. Vereadores. Logo em seguida a população aqui presente poderá formular perguntas ou sugestões por escrito, por meio de formulário próprio fornecido pelos funcionários desta Casa de Leis.

Estão presentes os Srs. Vereadores Glauco Braido, Gordo da Adega - Josias Paz, Henrique Kabeça, Ivan Silva, Bispo João Batista, Jorge Araújo, Lucas Ferreira, Dr. Manuel, Netinho Rodrigues, Ana Nice, Aurélio, Dr. Eliezer Mendes e Fran Silva.

Passaremos a palavra aos técnicos do Poder Executivo Municipal para a exposição.

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Boa noite a todos.

Mais uma vez é um prazer muito grande estar nesta Casa, juntamente com toda equipe do nosso Prefeito Orlando Morando, cujo objetivo é apresentar a vocês, Vereadores, e à população, o projeto de lei orçamentária para o exercício de 2022 com total transparência fiscal, de modo a permitir que vocês possam fazer a avaliação deste projeto de lei.

Gostaria, inicialmente, de cumprimentar o nosso amigo Vereador Ary de Oliveira, Presidente da Comissão Mista, e em nome dele gostaria de cumprimentar a todos os demais Vereadores presentes nesta audiência. Gostaria também de cumprimentar aqui a nossa Secretária Julia Benicio, e em seu nome cumprimentar a todos os demais secretários, secretárias e dirigentes das autarquias municipais. Cumprimentar aos meus técnicos da Secretaria de Finanças, à Neusa Sachi, minha diretora adjunta, ao Alcir Pirani e à Tatiana, que são os responsáveis pela elaboração desta peça orçamentária para o exercício de 2022. Cumprimentar os integrantes do Conselho Municipal de Orçamento, que também estão presentes nesta audiência pública. Cumprimentar a Dra. Angela e toda a equipe da Câmara Municipal que organizaram esta audiência pública. Cumprimentar a todos os participantes desta audiência, aos munícipes, aos funcionários, aos representantes das entidades.

Esta audiência, o objetivo dela é estar apresentando o projeto de lei para o exercício de 2022, a nossa LOA, lembrando que a base legal desta audiência pública é a Lei Complementar 101, em seu art. 48, onde ele estipula quais são os instrumentos de transparência da gestão fiscal, dentre eles o orçamento.

Também a base legal é a própria Constituição Federal, em seu art. 165, que fala quais são as leis de iniciativa do Poder Executivo e lá no seu inciso III consta os orçamentos anuais.

A própria Lei 4.320, de 1964, que estabelece as normas gerais de elaboração, execução e controle orçamentário da Administração Pública.

A nossa Lei Orgânica, através do art. 274, que também estipula quais são as leis de iniciativa do Poder Executivo e estabelece, no seu inciso III, os orçamentos anuais.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Iniciando a nossa exposição, nós gostaríamos de ressaltar como funciona o próprio planejamento com relação ao orçamento dos municípios. Ele inicia no plano de governo, quando elaborado o plano de governo. Na sequência é elaborado o PPA, no nosso caso é o PPA relativo aos exercícios de 2022 a 2025, que já foi inclusive aprovado por esta Casa através da Lei 7.021, de 05 de novembro de 2021, e esse PPA dá origem às LDO de 2022 a 2025, como também à LOA de 2022 até 2025. A nossa LDO também foi submetida a esta Casa, e foi aprovada recebendo o número 6.972, de 16 de junho de 2021. E a nossa LOA para 2022 é que nós vamos discutir neste momento.

A vigência do PPA é para quatro anos, de acordo com a Constituição Federal de 1988. O prazo de envio à Câmara Municipal é até 31 de agosto do primeiro ano de mandato, então este ano nós enviamos o nosso PPA.

A LDO é sempre para o exercício financeiro seguinte, e ela tem de ser enviada até 30 de abril de cada ano, e é o prazo de devolução até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa, que seria o prazo de votação.

A LOA, que é o atual projeto de lei, a vigência também é para um exercício financeiro, exercício subsequente, 2022, de acordo com a nossa Lei Orgânica, o prazo de envio é até 15 de outubro, isso foi cumprido, e o prazo de análise, deliberação e aprovação é até o encerramento da sessão legislativa do segundo semestre.

Lembrando que tanto o plano de governo como o próprio PPA e a LOA, esta Administração, através do Prefeito Orlando, lançou o programa Governar com Você, através das plataformas virtuais, e no período de 1º de junho até 31 de julho de 2021 foram coletadas todas as prioridades estabelecidas pela população. Acabou sendo 44.783 votos coletados, onde se estabeleceu as três maiores prioridades na área de esporte, com 3.485, na área da saúde, com 3.349, serviços, a terceira, 3.338, que é cuidando da cidade.

É importante sempre a gente antes das apresentações tentar passar um cenário econômico, em termos da economia não só do Brasil, mas também do próprio Município de São Bernardo, e aí algumas informações que nós levantamos, quer dizer, quais são as expectativas dos analistas.

Aí uma inflação maior, que é o que a gente está sentindo, e aí automaticamente, para tentar segurar a inflação você tem a elevação dos juros, que é essa situação que a gente está atravessando, o menor crescimento da renda, nós vamos observar lá na frente que apesar de a gente estar oferecendo mais empregos, estar reduzindo o desemprego, a renda está diminuindo, uma desaceleração global, então, imagina-se, projeta-se uma desaceleração na economia e automaticamente isso tem reflexos para o Município, o esgotamento do efeito de retomada de serviços, quer dizer, houve um grande boom com relação à tomada de serviços, mas isso já não está tão aquecido, está havendo uma redução, e a questão da crise hídrica, que pode aí representar um racionamento de energia e automaticamente afetar a economia. Esses são os cenários atuais que os nossos economistas vêm apresentando.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Para 2022, nós temos uma projeção da inflação, IPCA, da ordem de 4,79%, então eles estão imaginando uma queda, na verdade, do IPCA, e em compensação uma elevação da taxa Selic, também para contrabalançar a questão da redução da inflação tentando aumentar a taxa Selic.

Em 2022, nós temos uma previsão de crescimento econômico de 0,93%, quer dizer, esse seria o nosso PIB, contra 4,88% previsto para este ano. Aí a gente demonstra que a economia deve ter uma desaceleração para o próximo exercício.

A questão do desemprego e da renda, nós tivemos, nesse gráfico vocês veem que nós tivemos um crescimento, na verdade, uma redução do número de desempregados, no entanto, no gráfico à direita vocês percebem que existe aí, ao mesmo tempo que as pessoas estão sendo empregadas, está havendo uma redução da renda das pessoas, o que também acaba afetando a economia de forma geral.

Aqui até para demonstrar para vocês a questão da desaceleração em cenário global, é uma publicação do Correio Brasiliense, então, nesse gráfico vocês percebem que somente a Alemanha e o Japão preveem um crescimento da economia para 2022 em relação a 2021, todos os demais estão prevendo aí uma desaceleração na sua economia.

Quais são esses cenários? Quer dizer, esgotamento? Como eu comentei, o esgotamento do efeito da retomada dos serviços, os serviços devem começar a perder a força, e a questão da crise hídrica que também afeta a economia.

Expectativas de mercado. Através do Mercado Focus, na LOA que está aqui e que está sendo apresentada, nós prevíamos um IPCA de 3,89, sendo que hoje ele está em 9,77 e prevê uma queda para 4,79. O PIB, na LOA, estamos prevendo um crescimento de 2,05, este ano a previsão é de 4,88 e para 2022 as pesquisas atuais apontam para 0,93. O câmbio, a expectativa é que ele permaneça estável para 2022, na ordem de 5,50. A questão da taxa Selic, uma elevação da taxa Selic. Isso são informações que foram obtidas através do Banco Central, no site do Banco Central do Brasil, em 06/08/2021 e 12/11/2021.

Com relação ao cenário do Município de São Bernardo do Campo, o nosso índice de ICMS para o próximo exercício tem sido de 2,41, então, na verdade, inferior ao atual índice de ICMS que foi de 2,44. Se compararmos com 2010, nós teríamos, 2020 com 2019, nós teríamos uma queda de 1,23, se voltarmos no tempo e compararmos lá com 2010, nós vamos ter uma queda de 21,53% em nosso índice de ICMS. Isso aqui eu comentei na última audiência com vocês que demonstra necessidade cada vez maior, a dependência cada vez maior do Município na questão de o ISS em manter uma política de controle e totalmente voltada ao combate à sonegação fiscal.

Aqui foram alguns investimentos por ano que foram realizados no Município de São Bernardo do Campo. A gente vê que em 2012, 13 e 14, foram da ordem R\$949 milhões, R\$822 milhões, R\$1,127 bilhão. Em 2017 nós tivemos um grande boom em termos de investimento, também tivemos em 2019 e já a crise em 2020 baixou esses investimentos para R\$1,281 bilhão. Isso tudo acaba impactando



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

nas receitas do Município. Na verdade, em cima do faturamento das empresas é que gera a receita do Município.

A questão da evolução do emprego, nós tivemos aí uma elevação no mês de setembro, então, o acumulado, de janeiro a setembro de 2020, tínhamos uma queda, é uma comparação entre admissões e desligamentos, e aqui lembrando que é o Município de São Bernardo, de 9.304 demissões, a mais do que as admissões, e já no período de janeiro a setembro de 2021, nós tivemos 12.500 admissões. Ou seja, um saldo positivo entre o admitido e o desligado.

Aqui uma evolução da Receita e Despesa Corrente, isso aqui são projeções, então nós temos aí, em azul, a nossa Receita Corrente e, em vermelho, a nossa Despesa Corrente, lembrando que aqui ainda falta nesse quadro, a gente está comparando a Despesa Corrente com Receita Corrente, falta aqui todos os investimentos do Município, então, não estão incluídos aqui os investimentos do Município, nem a amortização da dívida. Lembrando que é uma fotografia atual, quer dizer, é a tendência disso até o final do exercício.

Com relação à Despesa Liquidada, Receita e Despesa Liquidada, também temos aí um valor de R\$3,520 bilhões de Receita Corrente, e R\$3,129 bilhões de Despesa Corrente. É importante passar para vocês que todo Município tem como meta a melhoria do seu Rating ou do seu Capag, e você hoje para poder ter um Rating B, que seria um Rating que seria passível de você conseguir operações com aval da União, você só pode gastar 94% da sua Receita Corrente, então, o Município que gastar mais do que 94% da sua Receita Corrente tem um Rating C para baixo, automaticamente inviabiliza qualquer tipo de captação de recurso, quer seja interna, quer seja externa, então por isso que sempre o Município vai tentar obter um plus e a ordem é de 5% entre a sua Receita Corrente e a sua Despesa Corrente.

Aqui um demonstrativo para vocês do que ocorreu neste ano, isso está retroagindo a outubro de 2013 a outubro de 2021. Vocês veem aqui um crescimento e isso é um crescimento decorrente da pandemia em que nós estivemos, o Município esteve ativo na questão dos investimentos realizados para controle da pandemia, onde nós vemos aí uma elevação dos gastos na Saúde, no gráfico demonstra claramente isso.

Na questão da Educação nós estamos estáveis. Existe, na verdade, aí um valor que está sendo investido que vem acontecendo anualmente.

E no contraponto disso nós tivemos gastos de manutenção da cidade. E aí eu digo: é fazendo mais com menos. A cidade está em dia e está em ordem e, mesmo assim, nós conseguimos ter uma economia na manutenção da cidade, que é aí representado pelo gráfico cinza, pela linha cinza, que é a Secretaria de Serviços Urbanos que é responsável pela manutenção da nossa cidade.

E também na área de transportes uma redução nos investimentos para que a gente pudesse investir mais com Saúde, de forma a atender e garantir a saúde da nossa população.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Aqui já entrando nos dados da LOA que é a peça que já se encontra em análise nesta Casa, uma ideia dos números gerais, então, o total da Administração Direta de R\$5,500 bilhões, sendo recurso do Tesouro, quer dizer, recurso, receita própria do Município R\$3,493 bilhões, o que representa 57,5% da nossa arrecadação, e recursos vinculados, aí são recursos de outras fontes, normalmente recursos vinculados a determinados objetivos, a determinados gastos, de R\$2 bilhões, em números redondos. E as Despesas de Administração Indireta na ordem de R\$570 milhões, totalizando um orçamento de R\$6,073 bilhões. Lembrando, ainda, que nós temos as Transferências Financeiras, um volume de R\$328 milhões, o valor mais representativo são as transferências feitas ao nosso Sistema de Previdência, da ordem de R\$236 milhões, seguidos do duodécimo a esta Casa, à Câmara Municipal, na ordem de R\$80 milhões, e aí valores menores à ETC, e aí valores simbólicos, somente se for necessária alguma despesa, no caso da Fundação Criança, IMASF e Agência Reguladora de Serviços.

Em termos de receita, aqui, conceitualmente, a gente define o que é Receita Própria para facilitar o entendimento. Então, a Receita Própria o que é? São os impostos: IPTU, ISS, ITBI e Imposto de Renda Retido na Fonte, independente da folha, de salários ou da prestação de serviços. As taxas, as tarifas por serviços prestados. E outras receitas: receita de aplicação financeira – quer dizer, se tem um fluxo de caixa que permite você aplica a sua disponibilidade, tem lá uma receita, as multas de trânsito, a contribuição de iluminação pública. Isso compõe as Receitas Próprias do Município.

As Transferências da União e do Estado. E aí, praticamente, da União é o FPM, é o ITR, é o IPI Exportação, o salário-educação, recursos para o SUS na área da Saúde, o MEC que é o FNDE, e convênios. Na questão do Estado é a transferência do ICMS, IPVA e outros convênios que podem acontecer durante a execução orçamentária. Temos também aí o FUNDEB que é uma transferência multigovernamental.

O último item que a gente separou são as operações de crédito que são operações realizadas com instituições nacionais: Caixa, Banco do Brasil, BNDES, ou até mesmo instituições privadas. E também aquelas operações externas que são as realizadas por instituições internacionais, como o BIRD, BID, CAF e outras instituições financeiras privadas.

Essas são as fontes de recursos que compõem o Orçamento do Município.

O que se relaciona à Administração Direta e Indireta nós temos na Administração Direta um orçamento de R\$5,503 bilhões. Na Administração Indireta nós temos o Instituto de Previdência com uma receita de R\$536 milhões, e a Faculdade de Direito com uma receita de R\$33,500 milhões, totalizando R\$6,073 bilhões.

A composição, eu acho que é importante também passar para vocês uma ideia gráfica de como se compõe a fonte de recurso das Receitas do Município. Em primeiro, é o Tesouro que representa 63,48% que é esse que está em verde, na



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

sequência nós temos as transferências e convênios junto ao Governo Federal representando aproximadamente aí 11,5%, e as transferências e convênios estaduais correspondentes a 11,24%.

No que se relaciona à composição da Receita por categoria da Administração Direta, nós dividimos em impostos e taxas que representa 35,46%, que é esse que está em amarelo, e temos as transferências correntes que dentre elas tem o ICMS, como eu passei para vocês, o IPVA, o que representa 35,31%.

A composição da receita com os principais itens da Administração Direta, então, nós temos aí outras receitas que correspondem a 29,89%, e dentre eles temos aí recursos do SUS, as transferências correntes tanto do Governo Federal, quanto do Estadual, bem como preço público e outras receitas, ICMS 17,51%, 16,10% representam as transferências de capital e operações de crédito, o IPTU representa 12,8% - aproximadamente R\$704 milhões, ISS 12,54%, o FUNDEB 7,44% e o IPVA 3,72%.

Essa é a composição da receita do Município.

Com relação às despesas, nós separamos aqui por eixo de Governo, então, os principais eixos e os principais valores. O primeiro eixo com maior investimento é: Nossa São Bernardo com Oportunidades de Desenvolvimento e Inclusão Social, com investimento da ordem de R\$2,261 bilhões. Temos despesas com Pessoal, que representa R\$1,341 bilhão. E Nossa São Bernardo com Oportunidades de Viver em uma Cidade Digna e Ambientalmente Sustentável, R\$730,636 milhões. Mais para frente eu vou detalhar para vocês isso por secretaria, aqui são por eixos de governo.

As Despesas da Administração Direta também por fonte de recursos: Tesouro R\$3,165 bilhões, União R\$635,727 milhões, Estado R\$618,584 milhões, Operações de Crédito R\$551,707 milhões, Fundos R\$203,562 milhões, Parcerias R\$10 milhões, totalizando R\$5.175.032,00.

Aqui os gastos por secretarias. Vocês têm em mãos a relação analítica de todas, mas a gente vai ressaltar as principais secretarias. Secretaria da Saúde que corresponde a 23,71% do Orçamento. Secretaria de Educação correspondente a 21,11% - lembrando que esse percentual é sobre o total do Orçamento, não é sobre impostos, é diferente a colocação. Encargos Gerais do Município 13,21% - aí detalhando para vocês o que são esses Encargos Gerais: isso representa a dívida pagamento, juros, representa uma reserva de contingência que o Município tem de ter para qualquer eventualidade que ocorra e, de repente, não havia uma previsão para essa despesa, e outras despesas de R\$51 milhões, totalizando R\$683 milhões de Reserva de Contingência. Secretaria de Transportes com 12,42%. Secretaria de Serviços Urbanos com 7,45%, seguido de Secretaria de Administração e Inovação com 5,78%, lembrando aqui que todos os gastos com pessoal e encargo estão dentro da Secretaria de Administração. Secretaria de Habitação na ordem de 5,37%. As demais secretarias não chegam a 3%, elas se encontram aí relacionadas nesse material que nós disponibilizamos aos vereadores.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Essa apresentação não está na página de vocês, mas eu fiz questão de incluir isso hoje e, na verdade, isso agora há pouco. É um assunto que vem sendo discutido em toda audiência, então, eu quis detalhar um pouquinho mais para os vereadores. Na verdade, a gente fala: o que significa o Hedge, porque isso tem sido colocado até pelo próprio Vereador Glauco, então, a gente quis dar um detalhamento para vocês do que é o Hedge. Na verdade, o Hedge é um tipo de operação que você faz para garantir a moeda, o valor da moeda. Só que, na verdade, pode-se dizer que a grande necessidade do Hedge é que permite que você tenha uma programação em termos de fluxo de caixa, você não tenha um grande problema no seu fluxo de caixa. É como se fosse um seguro. É mais ou menos isso. Então, você contrata um seguro e, normalmente, você contrata com o banco, o banco nunca vai operar esse seguro, dando uma vantagem para quem está contratando. Então, você aposta, em tese, você faz uma operação dizendo que você garante, o banco garante um dólar a R\$5,50, ou R\$5,70, ou R\$5,80, você paga por isso e se lá na frente o dólar for maior o banco praticamente assume esse risco, só que se ele for menor você gastou indevidamente o recurso. Então, assim, essa operação nós consultamos, tivemos reuniões com a Caixa Econômica Federal, com o Banco do Brasil e tanto um quanto o outro aí eu acho que detalho na apresentação seguinte que o Banco do Brasil tem a operação, mas ele nunca realizou um Hedge com o poder público, então, não existe essa operação com o poder público. Então, não existe essa operação com o poder público, quer seja municipal, quer seja estadual. A Caixa Econômica Federal possui o produto, mas não está disponível por falta até de procura.

Agora, é importante ressaltar que isso aqui, o Hedge funciona como um seguro de carro. Então você paga com a preocupação que se o seu carro for roubado amanhã a seguradora te reembolsa. Só que nós estamos falando aqui de dinheiro público, então, quer dizer, você apostar eventualmente num roubo que se ele não ocorrer você teve um gasto indevido. Então, é por isso que no poder público, aí o vereador tem condição depois também de estar fazendo a pesquisa que nós fizemos e vai verificar que no poder público essa operação não é realizada.

Mais para frente eu tenho outro argumento para vocês que é a comparação entre uma operação feita a uma taxa Selic, que seria uma operação feita com o Banco do Brasil, com um BNDES ou com a Caixa Econômica Federal e uma operação feita através do mercado financeiro externo. Então, vocês vejam, a LIBOR. Eu tenho uma operação feita para uma linha externa que eu tenha aí um juro de 0,23% ao ano e um valor, em 15/10, de 0,12363. Então, nesse período de 04/01/2021 a 15/10/2021, a minha variação nessa operação foi negativa, na ordem de 47%, enquanto se eu tivesse feito uma operação interna eu teria um valor de 1,90% ao ano de juros, mais 6,15% ao ano, que daria um crescimento de 324%. Então isso demonstra que, em que pese a variação cambial, que, na verdade, isso tem a ver com mercado de importação, com mercado de exportação, ainda é a melhor opção para os municípios. O problema é o município conseguir fazer uma operação externa. O município tem de ter um Rating, tem de ser feita uma análise



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

pelo banco. Então essa é a grande vantagem de você ter uma operação firmada com, na verdade, de forma externa.

Despesa da Administração Direta. Aqui nós subdividimos também em alguns grupos, dentre eles Outras Despesas Correntes, que representa 42,82%, seguido de Pessoal e Encargos, correspondente a 22,89. De novo, aqui eu não estou falando de receita de corrente líquida, eu estou falando de receita total, então, representa sobre a receita total 22,89%. Lá na frente eu vou falar sobre os gastos com pessoal em relação à receita corrente líquida. Investimentos na ordem de R\$1,127 milhão, aqui envolve recurso, fonte 01 e outras fontes. As demais, Amortização da Dívida que representa 8,7%, Reserva de Contingência 0,19%, e os Juros de 3,48%.

Aí o financiamento, quer dizer, a cada vez é mais ou menos, como eu comentei na audiência passada, dificilmente alguém consegue investir, mesmo nós, pessoas físicas, conseguimos fazer o investimento se a gente não se valer de um crédito, então, é o caso dos municípios, é o caso dos estados, é o próprio caso do Governo Federal. Então, o município pretende investir, em 2022, o montante de R\$1,127 bilhão. Desse R\$1,127 bilhão, R\$551 milhões são advindos de operações de crédito e a outra metade é advinda de recurso do Tesouro ou de Transferência. Quer dizer, nós estamos falando em um município investir aproximadamente 10% da sua receita, o que é um número muito significativo e garanto a vocês que uma pequena parte, uma minoria, consegue investir 10% do seu orçamento.

Aqui, voltando à questão da aplicação na Educação, como eu disse lá atrás, o dispositivo constitucional obriga que o município invista pelo menos 25% da receita de impostos, aí eu demonstro a vocês que o total das transferências e impostos é da ordem de R\$3,003 bilhões, aplicação de 25% seria R\$718 milhões, o Município pretende investir R\$825,843 milhões, ou seja, 27,49%, muito acima dos 25% obrigatório e constitucional.

Aqui detalhamos alguns gastos na área de Educação, não vou ler todos, mas vou ler os principais: no ensino fundamental 42,73% dos investimentos, no infantil 42,73%, aqui o valor está muito próximo, uma coincidência, alimentação e nutrição, que é a merenda 5,17% e, na sequência, os demais itens que não chegam a representar 5% do total dos gastos na Educação.

Lembrando que recursos próprios, quase 57% dos gastos com Educação é recurso do Tesouro, é recurso de fonte própria, e 43% é advindo de outras fontes, aí convênios tanto com o Governo Estadual, como com o próprio Governo Federal.

Aqui os gastos com a Educação, lembrando que esse gráfico, até 2020, é um gráfico de doze meses, então, é o que foi gasto em doze meses, e 2021 ele somente está até o quarto bimestre, então aqui faltam dois meses e ainda o décimo terceiro. Então nós devemos fechar muito próximo dos 29% também em 2021.

Os principais itens dos investimentos na área de Educação, na merenda o investimento estimado é da ordem de R\$57,700 milhões, sendo do Tesouro R\$18,5 milhões e da União R\$39,100 milhões. Uniforme escolar 100% recurso do Tesouro, R\$14,571 milhões. Material escolar R\$4,550 milhões, sendo que R\$4,500 milhões é



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

recurso do Tesouro. Transporte escolar R\$61,801 milhões, sendo que do Tesouro é R\$37 milhões e da União R\$24 milhões. Convênios e Parcerias na ordem de R\$65 milhões, sendo que R\$65 milhões praticamente 100% são recursos do Tesouro.

Os equipamentos, quais são os equipamentos que estão incluídos nessa peça orçamentária que vão ter investimentos? Nós temos 217 unidades escolares, sendo 177 EMEBs, uma EMEBE que é Escola Municipal de Educação Especial e uma Escola Municipal de Educação Básica Bilingue e mais 38 creches parceiras, totalizando 216 unidades escolares.

Número de alunos. Aproximadamente 80.167, sendo 13.346 creches, educação infantil 16.990, fundamental do 1º ao 5º ano 43.036, na educação de jovens e adultos – EJA 2.575, educação especial 119, creches parceiras, alunos em creches parceiras 4.101.

Já com relação à Saúde que a obrigação constitucional é o Município investir 15% da receita de transferências e de impostos, que totaliza R\$2,997 bilhões, o Município teria de estar aplicando aí, em termos de 15%, R\$449,677 milhões, o Município vai investir R\$657,787 milhões, correspondente a 21,94% da sua receita resultante de impostos, bem acima, portanto, dos 15% obrigatórios.

Aqui os gastos com Saúde. Aqui eu me desculpo junto a vocês porque houve um problema nesse quadro, nós geramos um banco de dados e os números em relação ao que vocês têm em mãos não devem estar coincidindo, mas eu vou fazer uma leitura rápida para vocês. Praticamente, o problema aqui foi em recursos vinculados, então, na área de assistência hospitalar e ambulatorial o valor é R\$456,078 milhões. Depois eu peço, se for o caso, para o pessoal da Câmara reimprimir essa folha para vocês, passando os números corretos. A Tatiana está me dizendo que amanhã já vai estar disponível também no portal. Atenção básica, que é um valor total de 17,70%, sendo que recursos vinculados o valor, na verdade, é de R\$111.683 milhões. Administração geral, 12,24%, vinculado R\$1,800 milhão. Suporte Profilático e Terapêutico, 4,74%, R\$7,503 milhões. Vigilância Epidemiológica, 1,26%, que é o total do investimento, R\$7,128 milhões. Tecnologia da Informação, 0,73%, R\$5,759 milhões, recurso vinculado. Vigilância Sanitária, 0,58%, R\$362 mil seriam os recursos vinculados. Aí na sequência são valores menores. Só em Outros Encargos Especiais que nós temos aí R\$20 mil, nos demais está zero. Mas, basicamente, esse quadro não tem alteração em valores globais, ele só foi uma alteração aqui na hora de a gente colocar a subfunção nós tivemos um probleminha no banco de dados.

Também com relação aqui à Saúde, lembrando que essa informação, esse gráfico também está comparando os doze meses de todos os anos, então de 2010 até 2020 nós estamos falando dos investimentos gastos em doze meses e, 2021, somente até o quarto bimestre, ou seja, somente até outubro, então vai entrar mais dois meses e aí vocês conseguem verificar o quanto o Município investiu em Saúde para que o Município de São Bernardo tivesse os seus municípios na situação em que a gente se encontra hoje.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Os principais equipamentos da Saúde, o HMU/Hospital da Mulher, investimentos da ordem de R\$88 milhões. Hospital Anchieta na ordem de R\$61,500 milhões. Hospital de urgência com R\$129,739 milhões. Hospital de clínicas, R\$173,353 milhões. Totalizando R\$452,689 milhões.

Aqui também aquela informação que eu comentei de Pessoal cujo comprometimento é sempre em relação à Receita Corrente Líquida. A Receita Corrente Líquida projetada para o Município para 2022 é da ordem de R\$4.223.778.000,00. O gasto projetado com Pessoal é de R\$1.418.955,00. O percentual, que projetos, é da ordem de 33,59%. Aqui é importante ressaltar que em relação à folha de pagamento e as despesas com pessoal nós temos um crescimento previsto de 8%.

Legislativo e Administração Indireta. Temos aí, agora, duas autarquias: o Instituto de Previdência na ordem de R\$536,599 milhões; a Faculdade de Direito, na ordem de R\$33,513 milhões. Totalizando R\$570,113 milhões.

Isso são as receitas dos entes. Na verdade, o Município ainda faz transferências para esses entes, recurso do caixa do Município que vai para essas entidades. No caso do Instituto de Previdência, R\$236,564 milhões, Câmara Municipal duodécimo R\$80 milhões, Empresa de Transporte Coletivo R\$8,600 milhões, e demais autarquias que só por uma questão de constar no Orçamento para que não haja qualquer surpresa se surgir alguma despesa são valores simbólicos, na ordem de R\$1.000,00, totalizando R\$328,164 milhões em transferências financeiras feitas pelo Tesouro municipal.

Despesa total da Administração Indireta, nós aí elencamos as maiores. O Instituto de Previdência com R\$779 milhões, correspondente a 86,8% das despesas da Administração Indireta. Câmara Municipal com R\$75,339 milhões, correspondente a 8,39%. A Faculdade de Direito, R\$31,652 milhões, correspondente a 3,52%. A Empresa de Transporte Coletivo – ETC, R\$8,600 milhões, 0,96%. As demais são valores simbólicos, apenas para ter o item no Orçamento.

A consolidação geral, o Orçamento Total é de R\$6,073 bilhões, sendo que R\$5,175 bilhões que correspondem a 85% é da Administração Direta, e 14,79%, correspondente a R\$898 milhões, quase R\$900 milhões da Administração Indireta, totalizando R\$6.073.309,00.

Esse projeto, já em conclusão, na verdade, esse projeto já se encontra disponível no site da Prefeitura. A gente está colocando aí no www.saobernardo.sp.gov.br/acessoainformacao/portaldatransparencia/planejamentoorcamentario/loaexerciciode2022

A explanação com relação à LOA para o exercício de 2022 era essa. É como a gente tem feito em todas as audiências. O Prefeito pediu para que os secretários acompanhassem essa apresentação que ficarão aí à disposição, qualquer dúvida, sempre lembrando que as dúvidas que forem colocadas pelos senhores Vereadores têm de serem afetas ao projeto de lei relativo à LOA para o exercício de 2022. Qualquer outra pergunta aí vocês podem formular, enviar para o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

secretário e ele responde em outro momento, mas, na audiência, o foco é, na verdade, a LOA 2022.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Obrigado, secretário.

Destacamos a presença dos nobres Vereadores Maurício Cardozo e Paulo Chuchu que estão também na audiência pública.

Informamos que caso a população queira formular alguma pergunta levante a mão para que os funcionários da Casa possam levar os formulários. Os questionamentos serão feitos por escrito pela população.

Esta Presidência passa a palavra aos nobres Vereadores para que façam seus questionamentos. Algum Vereador pretende fazer uso da palavra? (Pausa.) Vereador Glauco Braido.

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Sr. Presidente, eu só queria fazer uma observação ao Vereador e aos demais para fazerem todas as perguntas e a gente vai anotar aos respectivos secretários e chama cada secretário para responder. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Legal.

O SR. GLAUCO BRAIDO – Boa noite, Sr. Presidente, boa noite Vereadores, Secretários, público presente aqui. Está cheio hoje, hein? Que bom!

Eu tenho algumas perguntas. Primeiro, obrigado, Gavinelli, pela explicação. A primeira é até um comentário sobre o Hedge cambial. Ok. Entendi. Único problema aí, o ponto foi que eu vi que o intervalo foi de 05/01/2021 até o mês 10 agora. Isso com flutuação. A gente vê de 5,30 para 5,60 não parece muito, só que se a gente vir aí o intervalo de dois anos ou mais, a gente vê que houve uma diferença muito grande, aí sim seria totalmente factível e valeria a pena. Então, sim, se aumentasse o período de comparação eu não tenho dúvida que teríamos outro resultado ali. Mas não é nem isso que eu vim falar aqui hoje, isso eu acho que é um assunto que já conversamos.

Aqui eu tenho três perguntas para a Secretaria de Administração e Inovação. Primeiro eu tenho aqui, temos algumas rubricas indicadas no anexo do programa do trabalho da pasta de administração na LOA que somam quase R\$30 milhões entre todas as unidades executoras da secretaria. Essa rubrica é a de gestão pública moderna inovadora voltada ao cidadão. Eu gostaria de entender um pouco mais sobre isso, é um valor considerável do dinheiro do munícipe aqui de São Bernardo do Campo, então, temos de saber como esse recurso vai ser aplicado nessa rubrica.

Temos um segundo ponto aqui na mesma Pasta que me gerou uma dúvida. Uma secretaria com quase R\$300 milhões de orçamento, que é no anexo natureza de despesa, rubrica 339039 que quase destina R\$93 milhões para outros



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

serviços de terceiros – pessoa jurídica. Gostaria também de entender qual é esse ponto, explicar quais são os contratos geridos nessa Pasta, a importância disso, que justifique tão alto, R\$93 milhões para uma Secretaria com R\$300 milhões. Eu acho que seria bom. Fica na página 291, para facilitar.

O terceiro ponto. Secretaria de Administração e Inovação. Eu gostaria de saber quais são os projetos que a gente tem aí e que vai utilizar esse valor na Secretaria de Inovação, pois eu não sei como vai ser gasto isso, como pretende gastar, em 2022, para inovação da cidade. Eu nunca vi um projeto de inovação que saiu da Prefeitura, então, eu gostaria de entender um pouco mais disso na LOA.

Vamos agora para outra pasta, que seria da Secretaria de Segurança juntamente com a Educação, não apenas Segurança. Fiz um pedido de acesso à informação com protocolo SB104489/2021/96. Recebi informação que as nossas escolas municipais estão sem contrato de segurança e que não havia licitação em andamento para um novo contrato firmado.

Segundo essa informação, recebi até na mesma oportunidade que o último contrato da segurança nas escolas acabou no 13/05/2020, quer dizer, muito tempo já sem segurança nas escolas. Aparentemente assim eu vejo que a segurança nas escolas não deve ser tão essencial, como, por exemplo, contrato de publicidade. Um dado aqui interessante que eu quero para ilustrar aqui é que a licitação para contratação de empresa de publicidade durou em torno de cinco meses, quer dizer, muito menos do que esse contrato de segurança nas escolas, sendo que foi suspensa uma vez por conta de decisão judicial por uma ação popular movida por mim. Enquanto isso, desde maio do ano passado, até pelo menos no começo de novembro deste ano não temos contrato de segurança das escolas. Eu gostaria de saber se já temos contrato novo ou, pelo menos, tem alguma licitação em andamento para 2022, se está previsto isso ou se vamos continuar sem segurança nas escolas. Não sei.

Mais que isso. Gostaria de saber por que estamos tanto tempo sem um contrato essencial. O Executivo está tomando providências quanto a isso?

Obrigado e boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Mais algum Vereador deseja fazer uso da palavra? (Pausa.) Vereadora Ana Nice.

A SRA. ANA NICE – Boa noite, Presidente Ary, em seu nome cumprimento os nobres Pares presentes aqui nesta audiência pública. Cumprimentar o Secretário Gavinelli e no nome dele cumprimentar os demais secretários e técnicos aqui do Poder Executivo e Legislativo. Toda a população presente nesta audiência pública.

A minha primeira pergunta é referente à Pasta da Saúde que tem uma reserva de 23,71% dos recursos da LOA. Eu gostaria de saber se está previsto ampliação dos equipamentos públicos da área da Saúde, construção de novos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

equipamentos públicos e quais são esses equipamentos que estão previstos para serem construídos no próximo ano e com a reserva do recurso aqui na LOA.

Quero também corroborar com a fala do Vereador Glauco referente à segurança nas escolas. Na segunda quinzena de setembro, eu recebi uma denúncia de um pai da Creche Paulo Teixeira, do Taboão, dizendo que a creche foi assaltada três vezes em apenas uma semana. E não é a única reclamação que nós recebemos referente à segurança nas escolas. Cito essa como exemplo. Realmente a gente precisa garantir a segurança das crianças nas escolas. Os pais têm nos procurado bastante para poder reclamar sobre a falta de segurança nas escolas.

O Secretário citou referente ao gasto com pessoal que já está previsto um aumento de 8%. Só para reafirmar, é um reajuste de 8% em relação ao salário dos servidores públicos. É isso, não é? (Pausa.)

Também me salta aos olhos quando a Secretaria da Pessoa com Deficiência tem uma reserva aqui na LOA de 0,09% e a Secretaria de Comunicação 0,54%. Então, a gente precisa avançar muito na acessibilidade para as pessoas com deficiência no nosso Município, mas, infelizmente, quando não tem orçamento fica difícil de avançar na política de inclusão do Município.

Também a Secretaria de Transportes tem uma reserva bastante significativa de investimento, até um pouco maior que habitação, entre outras. Eu gostaria de saber o que está previsto aí em relação à construção e investimento no transporte e vias públicas aqui do nosso Município.

Por hora é isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Obrigado, Vereadora.
Passamos a palavra ao Vereador Lucas.

O SR. LUCAS FERREIRA – Boa noite, Sr. Presidente, Secretários, toda população presente aqui na Câmara. Eu fico feliz de ver a Casa cheia. Isso realmente demonstra a evolução da nossa cidade ao combate ao Coronavírus e a disponibilidade das pessoas a estarem aqui hoje.

Sr. Presidente, a minha pergunta é para duas pastas. A primeira eu vou fazer para a Secretaria da Saúde, a respeito de quanto a Secretaria da Saúde pensa em investir em visitas virtuais, tendo em vista o aumento das pessoas internadas devido ao Coronavírus e haja vista que a pandemia acabou tirando a questão da visita física. Então, pensando em algo que nós já passamos, que foi a pandemia, quanto que a Secretaria da Saúde pensa em inovar nessa questão das visitas virtuais e também no aumento da potência da sua rede de internet dentro dos próprios públicos e da Secretaria de Saúde.

A minha segunda pergunta vai para a Secretaria de Meio Ambiente, Secretário Pagliuca, a respeito da preservação de nascentes. Eu gostaria de entender e saber quanto essa secretaria pensa em investimento nessa questão de preservação das nascentes aqui na nossa cidade, tendo em vista que nós temos muitos mananciais aqui e é importante preservarmos isso.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Por hora é só, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Mais algum Vereador deseja fazer uso da palavra? (Pausa.) Vereador Ivan Silva.

O SR. IVAN SILVA – Obrigado, Sr. Presidente. Boa noite a todos. Eu quero cumprimentar aqui, em nome do Gavinelli, a todos os secretários. Em nome do Vereador Gordo da Adega cumprimentar a todos os amigos aqui Vereadores, funcionários desta Casa, população presente.

Eu quero iniciar minha fala aqui, Sr. Presidente, primeiramente parabenizando a condução do senhor na audiência pública, o senhor conduziu durante este ano todo o processo.

Cumprimentar também e parabenizar a Secretaria de Finanças, em nome do Gavinelli cumprimentar toda sua equipe pela transparência, esforço e o trabalho que tem feito aí junto à secretaria, em benefício da nossa cidade.

Eu queria fazer uma pergunta aqui, Sr. Secretário, e, ao mesmo tempo, parabenizar. Os valores estão sendo investidos a mais do que a previsão e lei permite, que é 25% da Educação e vão ser investidos 27%, eu gostaria de perguntar, em relação ao ano de 2022, o que terá de investimento na Educação, se vai ter algum aparelho público novo, alguma escola nova, alguma coisa desse tipo que a gente possa estar acompanhando.

E parecido também, mesma pergunta para a Saúde. Parabenizar também diante dessa crise os investimentos estão sendo maior que o previsto em lei. Gostaria de saber também dos 15% previsto em lei serão investidos 21,94%. É sabido que diante da pandemia, começamos o ano com o pico da pandemia no alto, o custo da Saúde no alto e, mesmo assim, a cidade não parou de investir, a cidade honrou todos os seus compromissos em dia, enquanto outros municípios estavam atrasando pagamento, estavam com dificuldade nas suas contas públicas, a Cidade de São Bernardo, diante da crise, sobressaiu. Isso aí mostra a gestão excelente e eficiente do nosso Prefeito Orlando Morando e do nosso Vice Marcelo Lima. Por isso, Sr. Secretário, eu gostaria de saber esse investimento maior previsto em lei, o que tem de novo para a Saúde de São Bernardo?

Como eu disse aqui, durante o pico da pandemia inaugurou o Hospital de Urgência, reformou o Hospital Anchieta, a campanha de vacinação foi excelência na cidade, a gente só ouve elogios. Então, eu gostaria de saber o que terá de investimentos novos aí na Saúde, em virtude desse investimento maior que vai ter do previsto em lei, porque a legislação prevê 15% e vai investir 21,94%.

Mais uma vez quero cumprimentar meus amigos Vereadores, a população que está presente e parabenizar mais uma vez a Secretaria de Finanças pela explanação e pela transparência na condução dos trabalhos desta audiência pública.

Muito obrigado, Secretário. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Obrigado.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Mais algum Vereador deseja fazer uso da palavra? (Pausa.) Nenhum.

Indagamos se tem algum questionamento feito por algum munícipe por escrito. (Pausa.) Não havendo nenhuma indagação por escrito, agradecemos aos Vereadores que fizeram os seus questionamentos e passamos a palavra aos técnicos do Executivo Municipal para que respondam aos questionamentos que acabaram de ser feitos pelos nobres Vereadores.

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Ok. Obrigado.

Eu gostaria de convidar o nosso Secretário de Transportes, nosso Secretário Delson.

Eu vou responder principalmente as perguntas que foram feitas com relação aos investimentos previstos para 2022.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Sr. Secretário, tinha alguns questionamentos por escrito, mas já foram entregues direto para o senhor, então, fica esclarecido.

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Nosso Secretário Adjunto vai conversar, então.

O SR. OLÍMPIO FERNANDES – Boa noite. Em nome de todos os outros Vereadores, cumprimentar o Gavinelli e todos os Secretários.

Os investimentos que nós temos na Pasta para o próximo ano são relativos à descontaminação do Jardim das Oliveiras, que é um processo que continua em andamento. O término do corredor que vai da Imigrantes até a Praça dos Bombeiros, que passa pela região central. A implantação da Marginal do Ribeirão dos Couros. Dois viadutos sobre a 31 de Março. As novas alças de acesso sobre o Corredor ABD, com acesso à Rodovia Anchieta. Nós temos também o viaduto sobre a Piraporinha que já está incluso dentro desses investimentos. Término da Estrada no Marcopolo. Finalmente, o Parque Espacial que a gente tem uma obra no Parque Espacial. Esses são os principais investimentos na área de Transportes, na Secretária dos Transportes.

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Obrigado, Olímpio. Obrigado pelas respostas.

Eu gostaria de convidar a nossa Secretária de Educação, Professora Silvia Donnini, se puder citar também, falando um pouquinho dos investimentos e das colocações que foram feitas pelos senhores Vereadores.

A SRA. SILVIA DE ARAUJO DONNINI – Boa noite, senhoras e senhores. Boa noite, Sr. Presidente desta Casa de Leis. Em seu nome, eu gostaria de cumprimentar a todos os Vereadores aqui presentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Cumprimentando a Vereadora Ana Nice, em especial, eu gostaria também de cumprimentar as mulheres aqui neste plenário.

Cumprimentar os nossos colegas Secretários, em nome do competente Gavinelli que tem conduzido todo esse processo de audiências públicas sobre as questões orçamentárias e conduzido a Pasta primorosamente em nosso Município.

A todos os técnicos desta Casa, bem como aos técnicos e servidores que se encontram aqui presentes.

Da mesma forma cumprimento a todos os munícipes que prestigiam esta audiência.

As perguntas que foram feitas têm relação, aqui pelo nosso colega Ivan Silva, nosso Vereador, qual é a natureza dos investimentos. Eu vou separar em três grandes blocos.

Um bloco que nós já estamos realizando desde o início da gestão do Prefeito Orlando Morando que é o bloco das revitalizações das unidades escolares, portanto, temos o programa Escola Linda e, agora, o programa Escola Mais Bonita. São dois grandes programas de repasses às APMs, o Escola Linda, e toda revitalização predial, a fim de reorganizar os ambientes escolares propondo como ambientes de aprendizagem, mais lúdicos, mais organizados, e contando, é claro, com todos os aspectos pedagógicos e infraestrutura necessários.

O outro bloco de investimentos que nós já tivemos a oportunidade de apresentar nesta Casa é o bloco do Prosabs, então, vocês já conhecem, que é um bloco já com financiamento externo e que prevê sim a ampliação e a construção de diversas unidades escolares, mas ele é escalonado, então, ele impacta em alguma medida a LOA agora de 2022, depois de 2023, e assim por diante. Certamente esse é um assunto que não é o foco específico desta audiência, mas, caso necessário, tanto o Gavinelli quanto eu poderemos aprofundá-lo.

O terceiro grande bloco de investimentos está nas questões ligadas às tecnologias. Nós estamos num processo bastante importante de modernização de todo o parque e também das licitações para aquisição de novos aparelhos, dos laboratórios escolares, bem como para as crianças e para os professores, então, esse é um grande bloco de investimentos que os senhores perceberam na alteração dos gastos públicos com a Educação e que levam e que justificam esse indicador maior do que o indicador proposto pela Lei de Responsabilidade.

Ademais, as questões ligadas à segurança escolar o Coronel Carlos Alberto irá responder, que é um trabalho conjunto com a SSU.

Desta forma, eu acho que cumprimos aqui as perguntas postas. Mais alguma coisa, Gavinelli?

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Eu acho que está ok. Obrigado, Secretária.

A SRA. SILVIA DE ARAUJO DONNINI – Eu que agradeço. Uma boa noite a todos e a todas. Ficamos à disposição na Secretaria de Educação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Obrigado.

Eu convido o nosso Secretário de Segurança Urbana, Coronel Carlos Alberto que pudesse também falar um pouquinho sobre os investimentos para 2022 constantes da LOA e algum outro assunto que ele ache pertinente relacionado ao projeto de lei que se encontra na Casa.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS – Boa noite, senhoras e senhores.

Eu gostaria de iniciar cumprimentando o nobre Vereador Ary de Oliveira, em seu nome eu cumprimento a todos os Vereadores aqui presentes. Cumprimento também o Secretário Gavinelli, em seu nome também eu gostaria de cumprimentar a todos os secretários aqui presentes e também parabenizar pela belíssima explicação que foi feita nesta sessão. Cumprimento também a toda sua equipe por todo esse trabalho. Funcionários aqui desta Casa, funcionários públicos. Municípios aqui presentes. Guardas Civis Municipais aqui presentes também, enfim, cumprimento a todos.

O questionamento que foi feito tanto pelo Vereador Glauco, como pela Vereadora Ana Nice é com relação à segurança nas escolas. De fato, houve um rompimento no contrato, um rompimento não, na realidade aconteceram alguns problemas, inclusive de impugnações, existe uma competição muito grande entre essas empresas de segurança, houve algumas impugnações e, por fim, até por questão financeira, porque a gente estava num momento de pandemia, nós resolvemos romper esse contrato e suprir essa necessidade com a Guarda Civil Municipal. Então, eu diria que prejuízo na segurança das escolas, ela é praticamente segurança das pessoas, não vou falar do patrimônio, da segurança das pessoas, ela foi suprida pelas Guardas Civis Municipais. Houve uma série de remanejamento, uma série de remanejamento...

(Manifestação nas galerias)

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Pessoal, por favor. Vamos deixar o Secretário prosseguir, por favor.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS – Houve uma série de remanejamento da Guarda Civil Municipal priorizando a segurança nas escolas. Em determinadas escolas nós fizemos um trabalho para verificar quais são as escolas que traziam mais problemas de segurança, um trabalho feito com a Segurança e a Educação, priorizamos essas escolas e colocamos guardas civis municipais nessas escolas. São 40 escolas que têm guardas civis permanentes nessas escolas, no período escolar, no período escolar.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Também fizemos remanejamento no patrulhamento priorizando a entrada e saída dos alunos, colocando viaturas para fazer entrada e saída dos alunos. Foi feito dessa forma, priorizando sempre a segurança das pessoas.

Com relação à segurança do patrimônio, hoje nós temos câmeras em todas as escolas do nosso Município, câmeras externas que também facilitam a segurança do patrimônio. Nós temos uma central de monitoramento que faz esse monitoramento através das câmeras.

Com relação ao novo contrato, realmente existe um projeto em estudo, está até inclusive no Orçamento do próximo ano. Esse projeto já está sendo desenvolvido pela Educação, em conjunto com a Educação, Segurança e Educação. Vamos priorizar, com certeza, as escolas. Esse projeto já está em andamento, já existe um processo aberto para que a gente possa logo no início do ano que vem colocar vigilantes patrimoniais nas escolas. Vai ser um projeto inovador porque além da vigilância patrimonial, além da vigilância em pessoa, também vai ser aliado com a vigilância eletrônica. Nós pretendemos colocar inclusive câmeras no interior das escolas. Hoje nós temos câmeras do lado externo, mas o nosso projeto é colocar câmera inclusive do lado interno, na parte interna, oferecendo, com certeza, melhor segurança para os nossos alunos.

(Manifestação nas galerias)

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS – Foram essas as indagações com relação à segurança e vigilância nas escolas. Eu não sei se respondi à sua pergunta e da senhora.

Obrigado pela oportunidade.

(Manifestação nas galerias)

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINETTI – Obrigado, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Por favor, não queremos manifestação neste momento. Vamos respeitar o Secretário que está fazendo uso da palavra.

(Manifestação na galeria)

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Se continuar se manifestando dessa forma, eu vou pedir para se retirar do plenário. Vamos manter a ordem, por favor. Vamos manter a ordem.

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Prosseguindo com os questionamentos feitos pelos Srs. Vereadores, eu vou me permitir alguns questionamentos que foram feitos à Secretaria de Finanças.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

A Vereadora Ana Nice colocou sobre a questão que eu comentei que tem um crescimento das despesas do pessoal previsto em 8%. Esse crescimento corresponde a 5% de um reajuste previsto e 3% de crescimento vegetativo. Lembrando, como eu falei, que a Peça Orçamentária é uma peça de expectativa e qualquer que seja o resultado, em havendo possibilidade de o Município sempre poder majorar esses valores, serão majorados, mas é em cima de uma expectativa em cima de uma Peça Orçamentária que foi projetada de acordo com as inflações e com o PIB. Então, só ressaltando.

E também há uma pergunta nessa mesma linha que foi feita pelo SINDSERV reafirmando então que existe um crescimento de 8% nas despesas com pessoal, que é o que comporta, dentro da realidade em que foi previsto o Orçamento, e, desses 8%, 5% são relativos à reposição salarial e 3% crescimento vegetativo. Lembrando que o Prefeito, este ano, praticamente não teve crescimento vegetativo, então, esses recursos podem ser eventualmente majorados, em a arrecadação permitindo.

Aí, na verdade, também um comentário que foi feito pelo Vereador Ivan com relação à pontualidade. Isso é um fato. Isso é mérito não só do nosso Prefeito Orlando Morando, como de toda equipe, toda sua equipe, que o Município hoje de São Bernardo é totalmente adimplente a todos os seus compromissos. Não existe sequer um único fornecedor que não esteja recebendo o seu valor em data de vencimento e a mesma coisa com relação a salários e encargos, então, o Município não tem nenhum tipo de inadimplência, isso é em cima de uma gestão de toda uma equipe indicada e formada pelo nosso Prefeito Orlando Morando.

Tem uma questão que foi colocada para o nosso Secretário Kiko, de Administração, mas eu vou me permitir falar alguma coisa com relação ao Glauco, que colocou. A gente até demorou um pouquinho, Glauco, porque a gente teve de achar os valores que você citou, mas um deles a gente já localizou que é quando você relaciona a um item previsto de R\$93 milhões, Outros Serviços – Pessoa Jurídica. Nesse valor, R\$91 milhões correspondem ao convênio médico do funcionalismo da Prefeitura de São Bernardo, que antes era gerenciado pelo Instituto Municipal, IMASF, e que agora, na verdade, é gerenciado pela própria Administração. Isso é o custo patronal com o convênio médico junto ao funcionalismo, então, desses R\$93 milhões, R\$91 milhões é o convênio médico do funcionalismo.

Eu estou levantando ainda esse dado dos R\$30 milhões, estou buscando aqui, mas eu gostaria de convidar o nosso Secretário Kiko para falar um pouquinho sobre a questão dos seus projetos para 2022.

O SR. ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA (KIKO) – Boa noite a todos.

Eu já tirei a máscara aqui, mas queria pedir a permissão para o Presidente, devido ao distanciamento social, até para que possa ser melhor compreendido aqui pelas demais pessoas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Eu queria saudar o nosso Presidente desta sessão de hoje, da audiência pública, meu amigo Vereador Ary de Oliveira, é um prazer estar aqui com você mais uma vez.

Eu queria saudar o meu colega que também hoje tem um papel muito importante aqui, nosso Secretário de Finanças Gavinelli, que em todas as audiências em que eu estive aqui com o Gavinelli eu sempre teço elogio, porque ele consegue fazer um assunto complexo, que são as finanças públicas, se tornar um assunto didático e compreensível a todas as pessoas, não somente aos técnicos da Pasta dele.

Eu queria saudar aqui com muito carinho a Secretária Júlia, que estava aqui, e, em nome dela, saudar todas as demais secretárias que compõem o secretariado do Governo Orlando Morando, em nome do Secretário Gavinelli saudar todos os secretários. Saudar todos os Vereadores na pessoa do Ivan Silva. Saudar a Vereadora Ana Nice e, em nome dela, também saudar a outra Vereadora que não está presente, mas é a força das mulheres aqui nesta Casa de Leis.

Respondendo à pergunta do Vereador Glauco Braido, que também participou de outras audiências públicas aqui conosco, é um Vereador interessado pelas finanças do Município. Primeiro contextualizar o papel da Secretaria de Administração na Cidade de São Bernardo do Campo. Todas as prefeituras do Estado têm secretarias de administração, mas, às vezes, têm funções diferentes. Aqui em São Bernardo do Campo especificamente a Secretaria de Administração cuida de quatro departamentos que são extremamente importantes para a Prefeitura.

O Departamento de Gestão de Pessoas e daí vem esse gasto novo que é justamente a assunção do plano de saúde pela Secretaria de Administração, ao invés do modelo que era do IMASF que estava se apresentando deficitário nos últimos anos.

Nós temos também o Departamento de atendimento ao público, que é feito através do nosso Atende Bem, que são cinco unidades no Município e o ano que vem nós pretendemos implantar mais uma unidade no Bairro Taboão que já foi anunciada também pelo Prefeito Orlando Morando, uma importância tremenda para a cidade, porque são 700 serviços realizados através do Atende Bem, é a porta de entrada do cidadão para o poder público, boa parte desse atendimento sendo feita em plataforma virtual, que foi uma aceleração que teve na questão tecnológica, justamente por conta da pandemia.

O Departamento de Licitações que também está sob a nossa responsabilidade.

E o Departamento de Tecnologia da Informação. E é aí que acredito que possa corroborar com os questionamentos do nobre Vereador. Toda a alma da Prefeitura no setor de tecnologia acaba passando pelo nosso Departamento de Tecnologia da Informação.

Vejam vocês, para citar um exemplo recente aqui, aproveitando até a presença do nosso Secretário de Saúde, Dr. Geraldo, o processo de vacinação que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

as pessoas faziam a vacinação através do seu celular, através do seu computador, o agendamento dessas vacinas, todo esse trâmite de informação passava pelo nosso setor de tecnologia, que é um setor extremamente delicado, até mesmo porque esse volume de dados que teve nos últimos anos e principalmente nesses dois anos da pandemia foi muito alto e exigiu muita expertise do nosso pessoal de tecnologia da Administração. E eu faço um elogio a esse departamento, vejo algumas pessoas que trabalham conosco nesse departamento aqui, hoje, porque literalmente eles conseguiram apresentar um serviço eficiente sem uma previsibilidade, porque ninguém imaginava que uma Prefeitura seria tão demandada em tecnologia como foi demandada neste ano.

São Bernardo já é um exemplo na área tecnológica. Nós temos mais de 400 quilômetros de fibra ótica espalhada pela cidade, o que faz com que a nossa comunicação entre os prédios públicos seja bem eficiente, então, não se fala apenas na questão da informática, mas também na comunicação que é feita pela internet na grande maioria da Prefeitura de São Bernardo do Campo, através dos seus departamentos. Este ano foi concluído o PDTIC que é o Plano de Tecnologia, Informação e Comunicação da Prefeitura, então, todos esses projetos demandam muitos recursos.

Eu digo que São Bernardo é um exemplo porque a gente vê, recentemente, o Estado de São Paulo que é o estado mais pujante do nosso país falando num governo sem papel e em São Bernardo do Campo os secretários e os servidores da Prefeitura e o próprio cidadão é testemunha que grande parte dos nossos serviços, a maior parte dos nossos serviços já é feita através de plataformas tecnológicas. Nós usamos o PRODIGI nos nossos processos internos. O PRODIGI também é demandado pelo cidadão da Cidade de São Bernardo do Campo para fazer diversos serviços dentro da Prefeitura e esta plataforma é uma plataforma segura. Para vocês terem uma ideia, a empresa que venceu o certame licitatório para fazer esse serviço é a mesma empresa que faz o serviço do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, então, a nossa plataforma de gestão de processos é a mesma plataforma da Justiça paulista, o que nos dá muita segurança.

É evidente que quando se fala na área de tecnologia, o Vereador Glauco sabe, eu vejo que é antenado aí nas redes sociais e outras coisas, tudo isso demanda bastante recurso e recursos que são em dólar, daí é uma tarefa difícil tanto para nós, na Secretaria de Administração, quanto na Secretaria de Finanças, porque quando esses contratos chegam no seu aniversário as empresas pedem reajuste e as prefeituras acabam ficando reféns delas, porque são empresas muitas delas multinacionais que não estão preocupadas muitas vezes com a realidade de cada município e a gente tem a dificuldade de negar esses reajustes. O Gavinelli espreme, nós também esprememos, mas geralmente eles ainda acabam conseguindo algum tipo de reajuste. Não precisa nem falar a escalada que o dólar deu, e quando a gente fala de tecnologia também está atrelada à questão do dólar.

Mas eu acredito que nesse cenário conturbado que nós estamos vivendo São Bernardo do Campo conseguiu ser um grande exemplo, porque todos os



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

recursos tecnológicos disponíveis nas mais diversas áreas, na área do Meio Ambiente, Educação, Saúde e na própria Administração da Prefeitura, eles estão sendo atendidos a contento, mesmo diante dessa imprevisibilidade do tráfego de informações que nós temos dentro da nossa vida e de toda complexidade para manter isso.

Eu sempre me remeto nas primeiras semanas que eu estava aqui como secretário teve um rompimento da fibra ótica próximo do Assunção e comprometeu toda nossa parte de internet, inclusive até o Riacho Grande. Então, vocês imaginem como é para você achar um defeito numa rede dessas. A gente precisa ter equipes preparadas para isso, contratos terceirizados que fazem isso e, graças a Deus, na medida do possível, a gente tem conseguido apresentar um bom serviço.

No tocante ao reajuste salarial também que foi outra demanda, o Gavinelli já respondeu aqui. Eu tenho atendido e conversado com o Sindicato também e explanado as dificuldades do momento que nós vivemos, tanto diante da pandemia, quanto no pós-pandemia em que nós não sabemos como irá se comportar a nossa arrecadação. Então, a previsão que foi feita junto com a Secretaria de Administração juntamente com Finanças é uma previsão bem pé no chão, que seriam 5% para compensar a perda inflacionária que a gente sabe que é maior que isso, ninguém aqui quer tampar o sol com a peneira, mas é a realidade que nós temos, é o que nós podemos fazer, e 3% para o crescimento vegetativo da Prefeitura, que são as promoções e outras circunstâncias que envolvem a nossa folha de pagamento.

Mas isso não quer dizer que seja uma conta fechada. A gente tem o otimismo de acreditar que as coisas possam melhorar, a arrecadação possa melhorar e que nós possamos fazer mais adiante um estudo. Eu tenho falado bastante essa questão com o Gavinelli, mas a nossa previsão é uma previsão pé no chão, é uma previsão realista da situação em que nós vivemos. Nunca nos últimos cem anos se viveu uma situação como essa. Em cem anos mudou tantas coisas que é impossível dizer que essa situação é comparada à situação de outra pandemia que aconteceu cem anos atrás. As coisas mudaram numa velocidade muito intensa na nossa sociedade e é imprevisível o que vai acontecer no ano vindouro, mas a gente acredita e tem otimismo que as coisas melhorem. E as coisas melhorando, vocês podem ter certeza que o Governo Orlando Morando estará correspondendo a essa expectativa dos servidores.

Eu fiz um pequeno balanço aqui dos últimos anos da Prefeitura. Em 2016, não foi previsto nenhum tipo de aumento para 2017, que era o primeiro ano da Administração do Governo Orlando Morando. No ano seguinte, o reajuste que foi dado para os servidores foi um pouco maior que o da inflação. No ano de 2019 também foi um pouco maior que a inflação. E no ano de 2020 foi o ano da pandemia que não foi dado reajuste nem aqui, nem em lugar nenhum, até mesmo por conta de uma lei complementar que foi editada nesse sentido que brecou qualquer tipo de reajuste até o final do ano, mas a gente tem bastante otimismo que essa previsão pé no chão possa ser melhorada o ano que vem e é esse o objetivo de todos nós da Administração.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Eu queria agradecer a sua pergunta, Glauco. Eu espero que tenha respondido a contento, mas, se por acaso, falhei com alguma informação eu estou a sua disposição para qualquer esclarecimento, pessoalmente, na secretaria, através de e-mail, através também do meu celular, se for o caso, de a gente poder estreitar essa relação e oferecer essas informações, que é esse o desejo do Prefeito Orlando Morando, que a gente tenha um diálogo transparente com todos os Vereadores e que forneçam as informações a contento a todos vocês.

Muito obrigado a todos. Uma boa noite e uma ótima audiência. Parabéns, mais uma vez, Gavinelli, e a toda sua valorosa equipe.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Obrigado, Secretário.

Tem algumas colocações que foram feitas aqui para Finanças e eu também vou passar de forma rápida. Foi uma pergunta feita pelo Josias de Carvalho. Ele pergunta sobre exatamente a questão que eu já coloquei, que o Secretário de Administração já colocou o que está previsto em termos de reajuste salarial para 2022, então, é 5% de reajuste e 3% de crescimento vegetativo.

A segunda pergunta que ele faz é se os gastos com servidores, ou seja, aqueles 30 e poucos por cento, se a gente pudesse ir naquela apresentação, se naquele item está previsto terceirizado, funcionários terceirizados. Na verdade, as despesas com pessoal não englobam serviços terceirizados. Então, nesse percentual que a gente está colocando para vocês que corresponde aos 33,59 são as despesas com pessoal do Município, pessoal contratado pelo Município.

Aí ele pergunta qual é o gasto com empresa terceirizada. Essa é uma pergunta que, na verdade, é como eu falei, eu posso até passar depois por e-mail, se ele me mandar um e-mail, mas não é o foco desta audiência, uma vez que ela trata sobre a Lei Orçamentária prevista para 2022.

Outra colocação também que foi feita para Finanças, feita pela Simone Oliveira, do SINDSERV. Ela pergunta qual é o montante da dívida, qual o valor pago e quais seriam os que mais impactam, então, o montante da dívida é da ordem de R\$3,5 bilhões, eu não tenho aqui o número, mas, assim, muito abaixo do percentual de comprometimento que o Município poderia obter. Em 2021, os gastos foram da ordem de R\$106 milhões de juros e R\$277 milhões de amortização da dívida. E para a Peça Orçamentária está se prevendo R\$452 milhões de amortização e R\$180 milhões de juros. Lembrando, tudo isso, que são expectativas em cima do modelo econômico que a gente está montando.

Quando ela fala quais gastos que mais impactam na Dívida Pública do Município é óbvio que é a questão da amortização, é quando nós estamos devolvendo o recurso que foi obtido, que foi investido e nós estamos devolvendo às instituições esse valor.

Eu gostaria, agora, de chamar o nosso Secretário, Dr. Pagliuca, para ele falar um pouquinho sobre os investimentos previstos para 2022, que é a questão de preservação de nascentes que foi colocada pelo Vereador Lucas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

O SR. JOSÉ CARLOS GOBBIS PAGLIUCA – Boa noite a todos. Exmo. Vereador Ary, Presidente, Exmos. Vereadores, eu cumprimento a todos. Secretário Gavinelli, todos os demais Secretários. Vereador Lucas, muito obrigado pela lembrança.

Na verdade, a questão da proteção dos mananciais é ampla, ela envolve diversas secretarias. A Secretaria do Meio Ambiente trabalha com a fiscalização ambiental direta e tem o apoio de demais secretarias, como Serviços Urbanos e a Segurança Urbana, então, os nossos investimentos são conjuntos, cada qual dentro do seu orçamento tratando da sua peculiaridade.

Como os senhores sabem, nós temos 50% aproximadamente de área de manancial, é um Município muito rico na vegetação e a produção de água, então, nós demandamos todo nosso esforço para essa situação. Como eu falei, nós não temos um orçamento direcionado próprio, porque ele já faz parte de todo o entorno da fiscalização, então, o orçamento nosso já é direcionado à fiscalização.

Sem embargo disso, nós teremos, para o ano que vem, já com início este ano projeto da questão do Prosabs que tem uma questão relativa à recuperação de nascentes, então, tem um projeto dentro do sistema Prosabs que é específico para o trabalho de recuperação de nascentes.

Da minha parte eu acho que era isso. Alguma outra questão eu estou à disposição.

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Obrigado, Secretário.

Só um esclarecimento também que foi colocado pela Vereadora Ana Nice com relação aos recursos da Secretaria, do nosso Secretário Pery, de Cidadania e Deficiência. Na verdade, a secretaria é voltada a políticas que envolvem essa questão, então, normalmente os investimentos são realizados pelas demais secretarias – Secretaria de Transportes, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, então é por isso que ela não tem o orçamento locado diretamente na própria secretaria e é diluído nas várias políticas estabelecidas em cada uma das secretarias.

Eu gostaria de chamar o nosso Secretário de Saúde, Dr. Geraldo Reple, para que pudesse também estar falando algumas coisas que foram colocadas em termos de investimento para 2022.

O SR. GERALDO REPLE SOBRINHO – Boa noite a todos.

Em primeiro lugar, cumprimentar a Mesa, cumprimentar o Vereador Ary, Presidente desta sessão. Gavinelli. Cumprimentar a Vereadora Ana Nice e em nome dela eu cumprimento todas as mulheres aqui presentes. Cumprimentar a todos os Vereadores. Secretários. Funcionários. Funcionários da Câmara, funcionários da Prefeitura. Todos os presentes.

A Vereadora perguntou sobre os investimentos de obras para o ano que vem. Se ela me permite, paralelo com o PPA nós fazemos o Plano Municipal de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Saúde. O Plano Municipal de Saúde contempla quatro anos de investimento. Existe nesse plano, Vereadora, 18 obras para a Saúde, nesses quatro anos. Para o ano que vem nós temos previstos: o Hospital da Mulher, que está em obra, que ele funciona no antigo Hospital do IMASF; temos a UPA Silvina que também está em obras, ela deve ficar pronta provavelmente no final do segundo semestre do ano que vem; a UBS São Pedro II que vai funcionar lá em cima, lá onde tem aquele complexo do Regina Rocco; temos também investimento no Hospital de Olhos que é um projeto que já está pronto, está em fase final de licitação – esse Hospital de Olhos vai funcionar junto à Cidade da Criança; temos também uma previsão da Policlínica do Alvarenga, existe um projeto de ampliação, ela irá, junto naquele complexo, onde tem o CAPS, tem a UPA, junto ao Atende Bem também lá na Região do Alvarenga. Então, para 2022 são essas.

E tem todas as outras obras. Todo esse programa do Plano Municipal de Saúde está no site da Prefeitura, no campo da Secretaria de Saúde, então, se alguém quiser dar uma navegada lá é interessante.

Existe previsão de várias novas UBS. Existem projetos também nessa nossa previsão, planejamento, as UPAS de metal, aquelas UPAS de ferro que foram construídas, a ideia é transformá-las em UPAS de alvenaria. Todas elas estão com problemas muito grandes estruturais, então, a ideia é que nós mudemos.

O Ivan também fez essa pergunta, então, eu acho que eu já respondi para os dois.

O Lucas fez uma pergunta interessante também. Desculpa chamar Lucas, o Vereador Lucas, pelo amor de Deus! Eu acho que a telemedicina que eu acho que é um pouco o que você quis dizer, ela veio para ficar. Nós estamos investindo bastante nisso e eu acho que é a visão do futuro, que as pessoas possam ser atendidas mesmo à distância. A pandemia nos trouxe essa realidade, infelizmente. Até é bom a gente poder fazer uma reunião presencial, porque presencial a gente enxerga nos olhos, olha nos olhos, vê as pessoas, mas essa coisa da telemedicina, da teleconsulta ela veio para ficar.

Quanto à visita, a ideia é ampliar, sim. Mas, agora, com a melhora da pandemia, graças a Deus. Vou dar um número para os senhores. Hoje, nós temos apenas dez pessoas internadas na Cidade de São Bernardo com Covid. Graças a Deus. (Palmas.) Infelizmente, ainda continuamos tendo óbito. Temos apenas quatro pessoas com Covid nas UTIs. Então, essa é uma vitória, uma vitória de todos nós. Eu acho que a vitória da vacina.

Então, Lucas, eu acho que isso veio para ficar, mas eu espero que as pessoas possam voltar a fazer as visitas. Nós já estamos liberando nos hospitais e gradativamente isso vai se liberando cada vez mais. Quem, eventualmente, não puder, a ideia é que a gente propicie, com tablet e alguma forma que ele possa falar com o seu familiar.

Eu acho que eram esses pontos que eu fui questionado, Secretário. Se alguém tiver mais alguma coisa...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Eu posso fazer um apelo? Por favor, se vocês conhecerem alguém que não tomou a vacina, peça para tomar. Nós não temos outro jeito de vencer essa pandemia. Está chegando uma nova variante, ela já chegou no Brasil, já temos casos confirmados. Precisamos nos unir. Ninguém quer mais retroceder, pessoal! Então, por favor, nós temos quase 40 mil pessoas de São Bernardo que ainda não tomaram a segunda dose, então eu peço a ajuda de todos vocês.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Obrigado, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – José, ela quer fazer um complemento.

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Pode ser, Vereador.

A SRA. ANA NICE – Primeiramente, agradecer os esclarecimentos de todos os secretários e do senhor, Dr. Geraldo.

Eu queria um pouco mais de detalhe qual a previsão que tem, porque a gente sabe que tem uma previsão dentro da Secretaria de Saúde em relação à construção de uma nova UBS na Região do Alvarenga. A gente sabe que tem um debate junto com o Conselho de Saúde, com a população, que a Secretaria tem feito visitas inclusive lá na região. Discutimos isso no PPA. Eu até pensei que estivesse previsto na LOA do próximo ano a construção dessa UBS lá na Região do Alvarenga. Eu queria entender o porquê de não ter entrado para o próximo ano.

Obrigada.

O SR. GERALDO REPLE SOBRINHO – Eu posso responder, secretário?

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Sim, por favor.

O SR. GERALDO REPLE SOBRINHO – Nós temos previsão de mais duas UBS lá, Vereadora. Aliás, precisaria consultar, três. Nós vamos ter uma previsão de um complexo lá na União II, ele não está previsto ainda na LOA, porque é um complexo que vai estar Educação, Saúde e Segurança. Então tem todo um projeto, inclusive uma discussão ambiental naquela área que vai ser um pouco, quem conhece lá, quase dois quilômetros à frente da atual UBS da Vila União.

Temos também a previsão entre o Alvarenga e a UBS do Alvarenga atual e a Vila União outra UBS próxima também àquele complexo onde está a UPA, o CAPS, porque aquela lá é uma região extremamente populosa e o ideal de uma UBS é que a gente atenda de vinte a vinte e cinco mil pessoas. Só a Região do Alvarenga são quase setenta mil pessoas morando lá. A região da Vila São Pedro também tem praticamente esta população. Por isso a ideia desses novos serviços nessas duas novas unidades.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Também dentro da nossa programação existe uma previsão de ampliação da UBS União. A ideia é que ela amplie mais ou menos 50%, porque ela já está no limite da sua capacidade. É isso.

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Secretário, se pudesse, tem uma colocação que foi feita pelo Vereador Lucas que ele até pediu se a gente pudesse ampliar, é sobre a questão da potência da internet na Saúde.

O SR. GERALDO REPLE SOBRINHO – Lucas, como o Kiko falou aqui, o Secretário Kiko, a velocidade da internet é uma coisa multissecretarias. Quem cuida da rede toda é a Secretaria de Administração com o DTI. Nós estamos investindo. A Saúde tem alguns recursos que tem posto, nós já colocamos alguns equipamentos. Inclusive por isso que existe uma combinação de secretarias. Se vocês se recordarem, no início do agendamento das vacinas nós tivemos um pouco de dificuldade. E aí foi interessante porque nós tivemos de adquirir alguns servidores. Esses servidores foram adquiridos pela Saúde, mas ele foi alocado no DTI para servir à Saúde. Então, isso aí é uma coisa que nós vamos ter de discutir entre todas as secretarias, porque a Infovia nossa, como o Secretário colocou, são 400 quilômetros e isso envolve toda a Prefeitura, então, é uma coisa que nós vamos ter discutir no conjunto.

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Obrigado, Secretário.

Tem outro esclarecimento que eu acabei não comentando aqui, mas a gente já respondeu para o SINDSERV, o Dinailton. Ele fala por que as despesas projetadas na LOA de 2022 estão inferiores na despesa de 2021. Na verdade, é o que eu comentei. Existe um crescimento em relação a 2021, ou seja, 2022, existe um crescimento da ordem de 8% nas despesas com pessoal, então, não houve redução nos valores previstos na LOA para 2022.

Só para citar, o Glauco fez uma colocação sobre recursos de comunicação. O Vereador, desculpa, Vereador Glauco. O Município, na verdade, de São Bernardo não tem nenhum tipo de mídia, quer dizer, todos os seus programas, todas as suas ações, nós temos aí recentemente, por exemplo, o PRT. Quer dizer, então, se a gente quer dar divulgação de qualquer programa, de qualquer projeto, de qualquer ação no Município de São Bernardo do Campo não tem outra forma, senão através de outdoors, através de programas, e essa coisa toda.

Só um dado que é importante colocar. Em 2020 foi previsto um valor de R\$20 milhões para a Comunicação, isso incluindo contratos e folha de pagamento, gastou-se R\$11,5 milhões, então, gastou-se quase 50% daquilo que estava orçado. Em 2021 houve uma previsão de R\$19 milhões, nós investimos 12,2%. Então, lembrando que são valores colocados e dependem muito dos programas que o Município precisa e tem de dar ciência à população e não tem outra forma de fazer isso. Se a gente tivesse qualquer tipo de vinculação mais forte, alguma coisa assim, a gente teria condição de poder dar o pleno conhecimento à população.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Bem, Sr. Presidente, eu acho que era isso. Se faltou alguma coisa, eu fico à disposição. A maioria dos Vereadores tem meu celular, tem meu e-mail, eu fico à disposição na Secretaria. Se houver qualquer outro tipo de esclarecimento fiquem à vontade e a gente vai responder com a maior brevidade possível, mas, num primeiro momento, seriam essas as colocações que nós tínhamos a fazer.

Agradecer a todos os secretários e os dirigentes de autarquias que estiveram presentes e prestaram os esclarecimentos necessários. Obrigado aos Vereadores. Obrigado a todos.

Boa noite. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Esclarecidos os questionamentos, destacamos ainda a presença do nobre Vereador Danilo Lima e também registramos a presença nesta audiência dos seguintes representantes do Poder Executivo Municipal:

- Julia Benicio – Secretaria de Governo.
- Pery Rodrigues – Secretário de Cidadania e da Pessoa com Deficiência.
- Neusa Maria Sacchi – Secretária Adjunta da Secretaria de Finanças.
- Sílvia de Araujo Donnini – Secretária de Educação.
- Rosangela Babinska – Secretária Adjunta da Secretaria de Educação.
- José Carlos Pagliuca – Secretário de Meio Ambiente e Proteção Animal.
- João Abukater Neto – Secretário de Habitação.
- Olimpio Fernandes – Secretário Adjunto da Secretaria de Transportes e

Vias Públicas.

- Ligia de Oliveira Ramos – Secretária de Cultura e Juventude.
- Marcia Gatti Messias – Secretária da Chefia de Gabinete.
- Geraldo Reple Sobrinho – Secretário da Saúde.
- André Sicco – Secretário da Secretaria de Assistência Social.
- Luciano Eber Nunes Pereira – Secretário da Secretaria de Obras e Planejamento Estratégico.

- Luiz Marco Mognon – Secretário Adjunto da Secretaria de Comunicação.
- Alexander Mognon – Secretário de Esportes e Lazer.
- Carlos Alberto dos Santos – Secretário de Segurança Urbana.
- Adler Alfredo Jardim Teixeira – Secretário de Administração e Inovação.
- Adriana Inoue – Assessora da Agência Reguladora de Serviços

Públicos.

- Ademir Silvestre da Costa – Presidente da ETCSBC.
- Luiz Dantas – Chefe de Finanças da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.
- Pedro Antonio Aguiar Pinheiro – Diretor Superintendente do SBVPREV.
- Ana Luisa Oliveira Pontes – Diretora do IMASF.
- Marcos Valeri – Secretário Adjunto da Secretaria de Obras e Planejamento Estratégico.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Informamos ainda que o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Trabalho e Turismo, Sr. Hiroyuki Minami, justificou sua ausência por estar em compromisso no Palácio dos Bandeirantes, indicando o Diretor do Departamento de Empreendedorismo, Trabalho e Renda, Sr. Valter Moura Junior, para participar da presente audiência pública.

Estão presentes também representantes das seguintes entidades:

- Adelmo Capitanio – Titular da Comissão Orçamentária da ACISBEC – Associação Comercial e Industrial de São Bernardo do Campo.

- Dirceu P. de Sena – Administrador de Finanças do SINDSERV SBC.

- Ariana de Cássia Rubistain –

Diretora de Formação do SINDSERV SBC.

Simone Oliveira Sierra – Diretora de Base e Sindicalização do SINDSERV SBC.

- Dinailton Souza Cerqueira – Presidente do SINDSERV SBC.

- Eva de Menezes Assis – Diretora Social do SINDSERV SBC.

- Maria de Fátima Oliveira Cruz Leal – Vice-Presidente do SINDSERV SBC.

- Thiago Gonzaga da Palma – Agente de Apoio ao Paciente da Fundação de Saúde.

- Paulo Ferreira do N. – Munícipe.

- Zimma Francisco Nascimento Filho.

- Paulo de Carvalho Árabe – Munícipe.

- Thiago Beloni Meneghelli – Munícipe.

Atendidos todos os requisitos necessários para a realização da presente audiência, e tendo sido prestados todos os esclarecimentos solicitados, esta Presidência declara encerrados os trabalhos e agradece a presença de todos, especialmente dos técnicos da Secretaria de Finanças pela exposição e pelos esclarecimentos.

Muito obrigado a todos, inclusive à Assessoria da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo.

-o0o-

Encerra-se a audiência às 21h05.

-o0o-